|  |
| --- |
| **COMISSÃO DA VERDADE**  **PRESIDENTE**  **DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**  **29/11/12** |

**COMISSÃO DA VERDADE.**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**29/11/2012**

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Senhoras e Senhores, vamos dar início a mais uma sessão da Comissão Estadual da Verdade. Com a presença do Deputado Ulysses Tassinari e Adriano Diogo, damos início aos trabalhos em 29 de novembro de 2012. O assunto relativo a essa sessão da Comissão da Verdade é uma audiência pública para a discussão e a fixação dos parâmetros para o tombamento da sede do antigo DOI-CODI. Um projeto chamado Lugares da Memória.

Eu queria pedir para compor a mesa o Ivan Seixas que é proponente, ele fez a proposta junto a Secretaria Estadual de Cultura, CONDEPHAAT, do tombamento do prédio. Quero convidar para compor a mesa a Dra. Sandra Kishi do Grupo de Trabalho Memória e Verdade do Ministério Público Federal. E estão acompanhando essa audiência pública do tombamento, é o processo 66578/2012 que deu entrada em 23/04/2010. E o CONDEPHAAT admitiu a possibilidade de tombamento e agora o processo está tramitando. Ele começou a tramitar, embora ele tenha dado entrada em 26/04/2010 na área técnica do CONDEPHAAT começou no dia 14/05/2012.

Para tanto, nós temos duas pessoas do CONDEPHAAT aqui presentes que irão acompanhar essa audiência pública. A historiadora Débora Neves e está para chegar a Dra. Marília Barbour que é advogada e coordenadora do Núcleo de Preservação da Memória do CONDEPHAAT. O Ivan como Presidente do CONDEPE e proponente do tombamento, vai fazer uma fala, depois vai a Dra. Sandra. Em seguida o Politi pelo Núcleo de Preservação da Memória Política e da Coalizão Internacional dos Sítios da Consciência. Depois nós temos os nossos convidados que é a Dra. Elza Lobo, Artur Scavone, Rosalina Santa Cruz, Reinaldo Morano, Aton Fon Filho e Gilberto Natalini. Sem mais delongas, com a palavra o Ivan Seixas.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Só queria fazer um registro. Quero registrar a presença do Rafael Martinelli, que embora ele não seja parte desse processo de tombamento, quero registrar que o Rafael Martinelli foi uma das pessoas responsáveis pelo maior tombamento da história política dos prédios, que foi a transformação do prédio do DOPS no Memorial da Resistência. Muito obrigado, Rafael Martinelli.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Boa tarde. Eu, como proponente, na realidade eu pessoa física e várias entidades apoiaram o pedido de tombamento. Então, o tombamento não é uma proposta só minha, é das entidades. A começar pelo Fórum de Ex-Presos Políticos, Núcleo de Preservação da Memória Política, o próprio CONDEPE que eu sou Presidente, Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana e o Grupo Tortura Nunca Mais. E a ideia de fazer o tombamento é que aquele local não é um local arquitetonicamente fundamental. Ele é historicamente fundamental. O fato acontecido ali faz com que a gente pense em pedir o tombamento porque aquilo foi determinante na história do país nos últimos 45 anos. Então, por isso que a gente fez o pedido.

Nós fizemos uma visita ao prédio lá, que o prédio na realidade são vários prédios. Você tem três prédios, esse é o prédio da Delegacia que era usado na época. A Delegacia não é uma coisa posterior ao uso como DOI-CODI e como OBAN também. Esse prédio abriga uma fachada de duas ou três aqui na frente, que é a 36ª Delegacia, isso lá naquela época. E todo o resto que tem atrás, aqui eram as celas, e lá em cima também, tudo isso era usado pela administração da OBAN que vai para esse lugar no dia sete de setembro de 1969, é passado para cá. No ano seguinte que é oficializado esse local que era chamado Operação Bandeirante que é um capítulo trágico da sociedade brasileira, porque empresários, personalidades, forças militares e forças policiais estaduais criam um órgão ilegal, mas público. Então, a Operação Bandeirante era um local público, todo mundo sabia que funcionava, com dinheiro de empresários, com carros da Secretaria de Segurança, em um prédio da Secretaria de Segurança com o apoio do Secretário de Segurança Hely Lopes Meirelles que hoje é estudado por jovens advogados, estudam os livros dele. O Fórum que tem ali na subida da Praça João Mendes é o Fórum Hely Lopes Meirelles, com o apoio do General Canavarro Pereira, com o apoio extensivo do Governador Roberto de Abreu Sodré, que era um nomeado pela Ditadura. Tudo isso é oficializado só um ano depois. Durante o período anterior a sete de setembro as torturas aconteciam no PIC, Pelotão de Investigações Criminais da Polícia de Exército de São Paulo que era na esquina da Tutoia com Abílio Soares. Aí em 07/09/79 é transferido o contingente e principalmente os presos para esse prédio aqui.

Aqui ficavam as celas. Três aqui, depois do outro lado foi construído uma cela forte e desse lado também. Então, tinham seis celas e uma cela individual que era cela surda ou cela forte. E nesse prédio aqui eram onde funcionavam as torturas. Uma boa parte das pessoas eram torturadas nessa cela aqui onde separava aquela sala de tortura com o exterior apenas um vitraux. Todas as pessoas que moravam aqui nessa rua que é a Rua Coronel Paulino Gomes se não me engano, ouviam as torturas dia e noite. Não era uma coisa escondida, era ostensivo. Depois, no final do ano de 72 eles construíram aqui dentro do outro lado uma salinha com revestimento acústico, que é onde o Merlino foi torturado. Eu, meu pai, o Paulo Vannucchi, vários outros companheiros, nós fomos torturados nessas dependências aqui, onde não tinha separação acústica. Depois que construíram a salinha com revestimento acústico que fica do outro lado. Aí tem a famosa historia do portão preto que corria, que passava para a sala de tortura que ficava do lado da escada que sobe para onde funcionava a administração, radio comunicação e tudo mais. Aqui nesse lugar aqui embaixo era o refeitório dos torturadores. Aqui embaixo era o local de interrogatório, não era necessariamente de tortura, mas era onde eles tomavam o depoimento, iam anotando e que depois passaram a ser datilografados, eram nessas salinhas daqui debaixo. e esse prédio era a administração que ficava o Ustra e companhia.

Aqui não tinha esse lugar. Tudo isso aqui não existia até meados de 71. Final de 71 é que eles usam esse prédio, constroem isso aqui e abrem essa rampa para descer, porque é um nível bem grande que tem aqui. Nesse local é que funcionava ou passou a funcionar as dependências onde eles escondiam as pessoas. Nesse local aqui segundo relatos que a gente escutou lá, é que fizeram uma salinha onde foram apresentados os dois mortos mais famosos daquele local que é o Herzog que é o Manoel Fiel Filho, em uma celinha que tinha aqui, que hoje é só o estacionamento que eu vou mostrar as fotos em seguida. Esse lugar escondiam as pessoas. Então, em 72, por exemplo, uma pessoa que a gente sabe que ficou aqui foi o Elcio Pereira Fortes que foi trazido do Rio de Janeiro e ficou aqui. Várias pessoas como a Darci Miyaki e tudo mais, viram o Elcio sendo torturado e sabiam que aqui era o local onde escondiam as pessoas.

Eles abriram aqui uma porta, que é um portão de entrada, porque quando eles não queriam que as pessoas vissem os presos entrando por aqui, que é uma porta aberta, não é nenhum impedimento, depois que eles viram os presos construindo esse muro eles passaram a entrar com as pessoas por esse lugar, que era uma entrada secreta para o DOI-CODI. Esse local, toda essa área vai ser legalizado, oficializado em 78 as vésperas da anistia quando o Maluf, o Governador imposto pela ditadura de São Paulo oficializa doando, cedendo esse terreno para o DOI-CODI. Está escrito o decreto que o Fernando Morais Ex-Deputado apresentou aqui na sessão que foi feita pelo caso Luiz Eurico.

Então, esse terreno passa a existir formalmente, legalmente só em 78, porque era usado ilegalmente, clandestinamente pelo DOI-CODI. Essa é à entrada do prédio da Delegacia. Aqui são as celas que tem aqui embaixo, isso aqui eram duas ou três salas que oficialmente funcionava a Delegacia. Essa é a atual porta de entrada da Delegacia, que hoje tem um pomposo nome de Delegacia comunitária, mas era o local onde funcionava a Delegacia na época. Esse lugar aqui é onde tinha a rampa, esse é o prédio lá de cima, você vê o tamanho desse prédio aqui. Então, essa é a rampa que fazia a passagem do local clandestino para isso aqui. Apesar de tudo ser clandestino, ser ilegal, eles fizeram isso aí.

Essa é a salinha onde torturavam. Onde ficavam os depoimentos e aqui é o rancho onde eles faziam as refeições deles. Aqui era a Delegacia e aqui onde os presos eram conduzidos para a tortura e vinham para cá para ficar preso. A cela das mulheres durante um bom tempo ficou desativado, era uma sala que não tinha utilização e ficava lá. Isso aqui era onde ficavam as celas, não tem mais cela. Aqui era o muro que separava um lugar de outro. Isso aqui era onde ficava a cela forte, que vários de nós ficamos, e hoje é usado como um departamento de equipamento, de não sei mais o que, é o almoxarifado da Polícia Civil. Essa é a entrada por onde passava para as celas e aqui a esquerda tinha o alojamento dos soldados que faziam a guarnição lá. Aqui é aquela escada que vários de nós passamos. Subindo aqui você ia para o primeiro andar que era os interrogatórios, aqui é à entrada dessa maldita escada, como dá para ver, essas aqui eram as salas de interrogatório. Como dá para ver, apesar de ter uma preocupação que a Polícia Técnica Científica durante um tempo usou aqui, está vazio, não há ocupação do prédio. Portanto, a utilização para qualquer outra coisa inclusive a nossa proposta de ter um memorial ali está absolutamente viável. Essa é a famosa escada, esse é o vitraux que separava a gente do mundo exterior e que todo mundo ouvia os gritos. Aqui dá para ver as condições que precisam ser recuperadas, de eletricidade, de pintura e tal. Mas o prédio está absolutamente viável. Essa é a famosa esquina Tomas Carvalhal com a Coronel Firmino Gomes. Essa é a Tomas Carvalhal, a entrada, aquele portão, isso é à vista de cima do prédio onde ficava a parte clandestina nova que é a sala do comando, de análises, etc. e tal. E essas garagens aqui na verdade eram celas onde o Herzog aparece morto, enforcado, ajoelhado. E uma coisa importante é que até um tempo atrás, esse lugar aqui, uma repórter, a Tatiana Farah, ela do Jornal Globo fotografou, nesse lugar tinha uma plaquinha ainda, OB2 que era Operação Bandeirante como eles falavam, que era a vaga de estacionamento do Subcomandante da OBAN. Aqui é o prédio novo, aqui é onde tinha a rampa que descia e aqui as celas e salas deles. O portão de entrada da Tomas Carvalhal, alojamento atual de policiais que dormem lá, que é uma coisa da garagem da Polícia Civil.

Então, essa apresentação é basicamente para a gente mostrar o seguinte, que houve nesse local essa tortura. Vários de nós aqui passamos por lá, o prédio está em condições de utilização, deve ser tombado provavelmente em breve, e a nossa proposta para esse local é se criar aí algo que seja um centro de referencia, um memorial de tortura, que não é só um memorial de tortura dos tempos da ditadura, é uma condenação que a sociedade civil, a democracia e o Estado de Direito Democrático faz contra a ditadura. É uma afirmação que a gente acha que tem que acontecer da sociedade brasileira condenando as ditaduras, condenando a tortura, que não é só dos tempos da ditadura histórica do nosso país, e que aqui seja transformada nesse memorial. Como o Memorial da Resistência que hoje tem uma visitação mensal entre cinco e sete mil pessoas mês, mensal mês mesmo, a gente faz aqui uma referência para que se faça a condenação da tortura. Se faça um marco histórico tal quais os campos de concentração, tal quais os campos de tortura e assassinato da escola superior da mecânica armada do Chile e tudo mais, o Brasil tenha uma referencia histórica. Houve tortura e a sociedade não aceita essa tortura. E aqui eu acho que seria um bom local para se fazer esse memorial de luta contra a tortura. É isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Então vamos reestabelecer a nossa mesa. Deputado Ulysses Tassinari, Ivan Seixas, pela ordem o Maurice Politi vai falar antes da Senhora? Então, quero convidar o Maurice Politi para falar em nome do Núcleo da Memória e pela Coalizão Internacional dos Sítios da Memória. Então, com a palavra o Maurice Politi.

**O SR. MAURICE POLITI** – Boa tarde a todos e todas. Agradeço o convite do Deputado Adriano Diogo nessa empreitada que já vem de alguns anos, que é de converter o espaço do DOI-CODI em um lugar de memória e consciência.

Eu vou falar brevemente, 10 minutos no máximo e vou falar como representante do Núcleo de Preservação do Fórum dos Ex-Presos Políticos e também como primeira entidade que se tornou membro em 2009 da Coalizão Internacional dos lugares de consciência e memória que é uma instituição internacional com sede nos EUA, em Washington e que abriga hoje aproximadamente 94 lugares no mundo que foram considerados e classificados como lugares de consciência e de memória. Então, dentro desses 94 hoje nós temos 37 na America Latina. Infelizmente existem 37, em Salvador, Guatemala, México, Peru, Argentina vários, Peru vários, lugares que foram considerados lugares de consciência. Eles recebem uma auditoria de um organismo internacional que vai nos lugares e organiza então esse sítio. Existe por exemplo, a Ilha de Robin onde ficou o Nelson Mandela preso durante 27 anos é um lugar de memória. A Maison de Escrav no Senegal é um dos lugares de memória, Gulack na Rússia é um lugar de memória, o Museu Treblinka é um lugar de memória, o Museu Teneman, que é o museu da imigração norte americana quando os imigrantes vinham da Europa e ficavam todos em uma ilha, concentrados, confinados, é considerado um lugar de memória. Vários na America Latina e no Brasil nós temos confirmadamente um lugar de memória que é o Memorial da Resistência de São Paulo, e um membro institucional que é o Núcleo Memória que nós não temos um sitio, mas nós somos membros institucionais brasileiros.

Então, enquanto representantes deles, eu queria só colocar para vocês e ler para vocês o que eles chamam, eles, o no bordo, no comitê executivo desse lugar de memória tem figuras como o Hector Timerman, que é o atual Ministro das Relações Exteriores da Argentina, tem um pessoal dos EUA que ganharam prêmio nobre de humanidade, pessoas famosas e eles tem naturalmente definições a respeito do que é considerado um lugar de consciência e memória. E existem três pontos principais, são palavras deles, os lugares de memória são iniciativas que interpretam a memória através dos lugares. Proporcionam dentro desses lugares, programas que estimulam o diálogo sobre assuntos graves de violações de direitos e promovem valores humanitários e democráticos. E o terceiro, compartilham oportunidades de participação pública no aspecto que diz respeito a esse lugar. Então, ele tem que ser um lugar que promove valores democráticos que mostra as violações, mas ao mesmo tempo dá as oportunidades ao entorno, de participar da violação aos seus aspectos. Então, quem visitou, como eu e o Ivan, os centros clandestinos de destruição, são centros que hoje se converteram alguns deles em creche, alguns em atividades recreativas dos bairros, onde tem cinemas, filmes, coisas para a população local também. Então, da mesma forma que os arquivos, os papeis são os registros do que aconteceu e aí nos permite a compreensão dos papeis de política de Estado através dos papeis, dos arquivos, eles, a coalizão afirma que a preservação dos sítios, que são lugares onde aconteceram (ininteligível) é um elemento indispensável para perceber o que aconteceu no país e perceber que só assim entendemos o presente e podemos construir o futuro. Os lugares históricos devem converter não em museus estáticos, mas em lugares para se discutir os acontecimentos do passado e os seus legados nos lugares de hoje e as consequências do trauma na sociedade de hoje. Eles devem ser lugares permanentes onde permanecem compromissos democráticos e se assegurem que os direitos humanos sejam atendidos de uma forma mais completa.

Portanto, eles afirmam que quando vão os auditores auditar sítios que devem ser lugares de memória, eles devem ser lugares onde se estimula a reflexão em torno de uma cultura de paz.

Eu acho que o que nós quisemos, nós do Fórum, do Núcleo e todos que lutaram para ter em São Paulo o único, eu sempre falo, o melhor e o pior do Brasil, porque ali é único, o Memorial da Resistência, felizmente já temos outras iniciativas, em Belo Horizonte vai se construir o Mural da Anistia, em Recife e em Porto Alegre ontem nós tivemos um seminário no Rio de Janeiro onde os gaúchos mostraram tudo que eles estão querendo fazer em Porto Alegre. Vai haver outros lugares, mas por enquanto a única experiência brasileira concreta que tem uma visitação pública de 80 mil pessoas ano, isso é comprovado, inclusive é parte dos visitamentos dos museus em São Paulo, porque como vocês sabem a Secretaria da Cultura tem uma política em relação a todos os museus de frequência, quanto mais frequência tem mais verba eles recebem, então, é o sexto museu mais visitado de São Paulo. Quando eu falo isso às pessoas ficam atônitas, porque uma cidade com 17 milhões de habitantes com mais ou menos 48 museus ativos em São Paulo, se é o sexto, sendo que o primeiro como todos sabem é o Museu do Futebol, o segundo é o MASP, o terceiro é a Pinacoteca, o quarto é o Museu da Língua Portuguesa, e o quinto é o Museu de Arte Sacra, o sexto é o Museu da Resistência. E inspiram não só visitantes que vão lá para conhecer o lugar, mas principalmente jovens, dessas 80 mil visitas também comprovadamente tem um recorde mês a mês, tem 22 mil visitas educativas, e há pouco tempo atrás estivemos, o Ivan estava lá com grupo de uma escola, eu estava lá com um grupo de norte americanos que estavam convocados pela Prefeitura para um seminário sobre estruturação de cidades, mas quiseram ver o Memorial e eu estava lá acompanhando, e tinha um outro grupo de pessoas. E tinham 250 pessoas entre três e cinco da tarde no Memorial.

E o Alberto Goldman, nosso Ex-Governador falou que não sabia que era assim, tanta gente. E aí nós voltamos a falar do DOI-CODI porque foi ele, Alberto Goldman na inauguração do Memorial da Resistência que falou que o DOI-CODI também tem que ser. Então, quando nós afirmamos para ele que tinham 80 mil, ele perguntou se o DOI-CODI ia ter tanta gente. E nós falamos que não ia ter 80 mil, ia ter 180 mil. Porque o DOI-CODI é muito mais simbólico e muito mais representativo. Então, é só isso que eu queria falar. Eu acho que o DOI-CODI certamente será o segundo lugar onde foi editado pela Coalizão Internacional de Sítios de Memórias já que a ESMA em Buenos Aires está dentro dos sítios históricos, e lugares de centros de detenção como Garagem Olimpo, a Débora esteve lá agora a pouco e viu esses lugares, são lugares de detenção, de cultura e principalmente de mostrar e cultivar valores democráticos, mostrar para a nova juventude que não viveu nesse período da ditadura que direito humano pode se fazer ao lado da polícia, ao lado do direito democrático, ao lado de instituições culturais, ao lado de teatro, cinemas e bate papos. Então, a posição que eu queria colocar em termos da coalizão, do núcleo e do fórum de ex-presos que são também competicionários nessa coalizão do tombamento que já está em fase final de estudo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Então agora eu passo a palavra a Dra. Sandra Kishi do Ministério Público Federal, do GT Memória e Verdade.

**A SRA. SANDRA KISHI –** Boa tarde a todos. Se me permitem aqui, uma ligeira apresentação. Tem pessoas aqui que me conhecem já há algum tempo. Eu vou passar um pouco também da minha memória. Eu acho que eu nunca falei isso em nenhum lugar, mas para compreender porque eu me envolvi com o assunto. Eu sou também além de Procuradora Regional da República e membro do GT Memória e Verdade da PFDC, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, sou Presidente da ONG IEDC, Instituto Estudos de Direito e Cidadania que é uma ONG formada, fundada por Promotores de Justiça e Procuradores da República, todos membros do Ministério Público brasileiro que gostariam de fazer, expressar e dar vazão a expressão das pessoas físicas e suas vontades que existem atrás da nossa função de Procurador da República ou Promotor de Justiça. Uma das três plataformas da nossa ONG IEDC é justamente memória e verdade. E em 2009 lançamos a obra coletiva Memória e Verdade, Justiça de Transição no Brasil e com alegria de lá para cá nós temos assistido o virar de páginas na justiça de transição. No final de 2010 tivemos a importante decisão como vocês sabem, da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil a adoção de providências no sentido de propiciar a reparação pelo ilícito causado durante o regime ditatorial. Irresponsabilidade de ordem civil e penal inclusive. Nessa decisão, nessa sentença da Corte, implicitamente em vários pontos da sentença podemos ver que a conscientização, a criação e a valorização de sítios de consciência ou lugares de memória é uma forma sim de se fortalecer a não repetição e propiciar a propagação do princípio do não retrocesso nessa matéria de justiça de transição. E temos algumas atuações na prática por parte do Ministério Público para reportar aqui, tive oportunidade de falar isso anteontem no Rio de Janeiro, mas aqui repito que, por exemplo, em Petrópolis, a Procuradora da República Vanessa iniciou uma investigação no inquérito civil que pode detectar a utilização do espaço anexo, é uma residência vizinha a Casa do Terror ou Casa da Morte como é conhecida lá em Petrópolis, em que operava-se o QG e a logística do Comando do Terror das torturas realizadas ali na Casa da Morte, portanto, estava fora aquele sitio do procedimento inicial visando à desapropriação da casa principal e a ampliação do objeto da desapropriação foi possível graças a essa investigação perpetrada pela Procuradora da República, e a novidade é que a Prefeitura de Petrópolis na semana passada acolheu a sugestão do Ministério Público Federal de incluir esse imóvel agregado ao objeto daquela ação que visa à desapropriação. No caso, que seja desapropriação ou tombamento, todas são formas lícitas e adequadas para desapropriação do patrimônio cultural.

Mas como estamos falando de tombamento do DOI-CODI, o que seria a minha posição aqui se me permitem estender um pouco mais na parte jurídica, enfim, que é a minha área, mas para que serve o tombamento? Serve para prevenir. É a função principal do tombamento. É o tombamento que vai preservar para o futuro o uso ou o reuso inclusive de outras interpretações. Mas todas as interpretações vinculadas a um mote, o mote da valorização dos direitos humanos e da democracia. Há então vinculação da finalidade nesse sentido, se nós não fizermos essa leitura do tombamento, que é um instituto antigo vinculado em uma Lei lá na década de 30, nós não estamos dando a devida restituição para o instituto jurídico previsto na Constituição Federal.

Então, o que nós estamos preservando com o tombamento na verdade são valores culturais e de referencias ligados à memória, mas uma memória coletiva. Uma identidade, uma identidade não de um, dois, mas identidade de um povo brasileiro. Portanto, são valores assumidos pelo nosso Estado Democrático de Direito e por isso digo, o tombamento está no caso em concreto do DOI-CODI, está absolutamente acolhido pela nossa Constituição Federal nos termos do Artigo 216, Parágrafo 1º da Constituição, se for para citar a fonte. E é inegável aqui, até pela apresentação do Ivan que o DOI-CODI tem e guarda marcas da violência de um período terrível de um Estado de exceção. E é lógico que o tombamento apenas formalmente, a teor daquela Lei da década de 30 que criou o instituto do tombamento, prevê que deva recair esse instituto sobre bens materiais. Mas é lógico que hoje, a luz da Constituição de 88, o tombamento deve-se também prestar para tutelar bens imateriais, como no caso a memória coletiva. Então, portanto hoje é possível sim que se tombe um prédio público, por exemplo, pelo seu suporte imaterial principalmente. E tem mais, o tombamento tem sido usado tradicionalmente para reparar as injustiças históricas. E esse dado da valorização através do tombamento, esse dado da utilização do instrumento deve ser aqui considerado também para o caso do DOI-CODI. Além disso, nós tivemos o tombamento também do prédio do DOPS como vocês sabem, da Casa de Chico Mendes, onde o mesmo foi assassinado, e dos terrenos de candomblé. Em todos esses precedentes que devem ser considerados, foi valorizado a memória coletiva e não apenas o aspecto arquitetônico.

A Casa de Chico Mendes sem Chico Mendes era uma casa. Enfim, mas a cultura na verdade que se preserva pelo tombamento precisa ser entendido como um fenômeno que inclui todas essas manifestações imateriais e até espirituais presente em crenças, valores ou mesmo visões de mundo exterior por parte de sociedades minoritárias ou hipossuficientes. E que, portanto, inclusive para espaços, eu explico aqui no que eu estou pensando, refletindo e indo um pouco para a minha área, que é a de proteção dos conhecimentos e dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas, é a proteção por tombamento de espaços, por exemplo, para dança que nós tivemos dança tradicional. E nós tivemos um caso que simplesmente era no meio da floresta, era um terreno devastado e que por ser devastado aquela área por um povo tradicional indígena, mas naquele espaço estava reservado para cultuação de danças tradicionais. Ou seja, ilegitimado inclusive a exceção da devastação, por conta da valorização cultural daquele espaço, valorização tradicional daquele espaço. Então, é importante aqui registrarmos essa questão da memória imaterial inclusive, que deve ser preservada. Agora, uma questão importante jurídica também é com relação ao procedimento em si administrativo, do tombamento, e a visão jurídica que nós temos que ter sobre vinculação e legalidade no processo administrativo, porque uma vez iniciado o processo administrativo do tombamento com todo respeito, se houver pareceres técnicos do corpo multidisciplinar indicando inclusive a presença de pressupostos objetivos que sustentam esse tombamento, ora então ou é Estado ou a administração não tem mais como voltar atrás. Aqui já seria mais do que um retrocesso, uma ilegalidade. Não há discricionariedade para a administração não observar esses pareceres técnicos visando ao tombamento. Não se fala de liberdade ou de discricionariedade administrativa para não se limitar, dar um passo a frente e seguir adiante na fase administrativa no procedimento de tombamento. E por que o tombamento é importante?

O tombamento é importante por conta do depois, e não propriamente do decreto de tombamento, daquele ato formal escrito em uma portaria ou em um decreto, enfim, não é isso que importa. O que traz de bom o tombamento é a possibilidade de uma gestão, e uma gestão voltada ao funcionalismo público daquele bem tombado. Por exemplo, em um caso aqui que nós ouvimos, alguns de nós aqui presentes, na Procuradoria da República há algumas semanas atrás, uma exposição de Andres Zarankin que é arqueólogo, e argentino, e ele falava de projetos de arqueologia realizados nos centros clandestinos de detenção na Argentina e propiciaram reparações simbólicas só possíveis com o apoio do próprio Estado. O Estado apoiou esse projeto. É essa gestão responsável que nós buscamos com o tombamento, não é o decreto em si, não é o ato formal, mas é o objetivo de se construir com uma memória material transformando aquele espaço efetivamente em um diferencial de não repetição. Enfim, há vários exemplos como foi dito pelo Politi, na Argentina de preservação, lugares de memória. Enfim, trouxe aqui para citar a Escola Mecânica da Armada, Arquivo da Memória em Córdoba, o Edifício de Sevaios, o Centro Cultural da Memória de Trileu, enfim, todos eles identificados como patrimônio cultural e efetivamente estabelecidos como um lugar de preservação de espaços de uma memória coletiva. Eu termino a minha fala com a lição de Pierre Nora, mas uma lição que eu acho que deve ser um pouquinho reinventada, se é que dá para se falar assim desse gênio, Pierre Nora que escreveu sobre lugares de memória em volume, não foi uma obra só, foram volumes de obra. Mas enfim, ele traz a concepção de que lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso organizar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, enfim, diversas formas de manifestações. Todas elas operações não naturais, ou seja, precisamos arregaçar as mangas e fazer.

Mas hoje é possível inclusive uma releitura, porque não basta erguer monumentos, enfim, construir memoriais para a preservação da memória coletiva. Para atingir a verdade de uma memória viva é preciso participar dela, interagir, cobrar, enfim, atingir não só memória e verdade, mas principalmente a justiça. Por favor, contem com o Ministério Público nesse papel. Obrigada.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Deputado Tassinari, Deputado Adriano Diogo, só queria agregar a fala da Procuradora uma informação que eu acabei esquecendo de falar. Em boa medida o prédio está desocupado porque os policiais que lá trabalham, antes a Polícia Técnico Científica e depois, se não me engano o DHPP que funciona lá, eles ouvem fantasmas. A luz acende, a luz apaga, a porta abre, a porta fecha, e não há explicação. E a explicação dada por eles é que aqueles são fantasmas dos torturados, dos mortos e desaparecidos que foram assassinados naquele local. Então, nada mais vivo para o que nós estamos discutindo do que a existência de fantasmas para os próprios policiais.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Antes de a gente passar ao próximo depoente, o Ivan fez menção quando ele apresentou, então eu estou passando esse documento tanto ao pessoal do CONDEPHAAT quanto ao pessoal da imprensa, o Ivan se referiu, na semana em que estavam votando a Lei da Anistia no Congresso Federal, na semana o então Governador Paulo Maluf baixou um decreto no dia 09/08/79, o decreto 13757 que transferiu o terreno do Estado para o DOI-CODI. Então, é o decreto 13757 de 09/08/79 que ‘autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso a título precário em favor do Ministério do Exército do imóvel que especifica. O terreno destinar-se-á a instalação do Centro de Operação de Defesa Interna DOI-CODI, 2º Exército. Palácio dos Bandeirantes, 09/08/79, Paulo Maluf’.

Então, a desfaçatez, a humilhação era tão grande que mesmo depois de 10 anos da antiga Operação Bandeirante depois do DOI-CODI funcionar, ele fez questão da semana da votação da Lei da Anistia, no meio daquela semana e na primeira semana de agosto ele baixou esse decreto para humilhar o povo brasileiro. E o pior do que ele ter decretado, é nunca ter sido revogado esse decreto, mesmo passado tantos anos. Então, Ivan, você que deu início ao processo de tombamento, que uma das reivindicações que fosse incluída no processo de tombamento, que esse decreto seja um dia revogado e aquilo devolvido ao povo brasileiro que foi usurpado por uma instituição clandestina, criminosa.

Nesse sentido eu já queria dar sequência aos trabalhos. A Dra. Elza Lobo não vem. Então, já vou passar a palavra para depor o Dr. Reinaldo Morano.

Agora é a fase que vão ser o testemunhal dos ex-presos políticos que sobreviveram, que passaram por lá, que vai ser o Reinaldo Morano, Artur Scavone, Rosalina Santa Cruz, Aton Fon Filho, Gilberto Natalini. Com a palavra nosso companheiro, médico, Dr. Reinaldo Morano.

**O SR. REINALDO MORANO –** Boa tarde a todos. Eu agradeço o convite do Deputado Adriano Diogo pela oportunidade de estar aqui, e queria começar dizendo que eu pensei basicamente em falar, eu acho que o depoimento do Maurice Politi e nossa Procuradora eu acho que superaram e muito qualquer coisa que eu pudesse aqui insistir. Eu tinha pensado em fazer um preâmbulo do meu testemunho falando um pouco sobre memória, mas eu acho que a sua fala foi primorosa. Eu agradeço muito a sua fala e acho que o assunto fica mais do que bem posto. E eu vou entrar diretamente no meu testemunho. Eu passei pelo DOI-CODI em setembro de 1970 quando se comemorava então um ano da existência daquele local. Quem pode acompanhar a exposição do Ivan, acho que se inteirou, ou talvez a maioria já conhecesse essa historia, mas de alguma forma a sistematização que o Ivan expôs, do começo daquele local como Operação Bandeirante, e eu então passei por lá em setembro de 1970. A primeira vez que passei, o Comandante do lugar não era o Ustra, era o Valdir Coelho, que fazia o gênero um pouco bonzinho. E no meu caso ele fez uma coisa além do bonzinho, um pouco esquisita. Um dia ele me chamou lá e me apresentou o filho dele. Eu depois pensando, eu acho que o filho dele devia ser um rapaz que eu acho que devia estar dando problema na escola e o Valdir Coelho resolveu me apresentar para o filho para dizer: olha, ele tem 24 anos, ele já se formou advogado, está no 4º ano de Medicina da USP. Pegou tudo que ele tinha no meu currículo, ele toca piano, ele não sei o que. E você o que é?

Uma coisa absolutamente psicótica, no afã de tentar cutucar o filho, ele me pega como exemplo de estudante. Eu era muito estudioso mesmo.

**A SRA –** (inaudível – fora do microfone).

**O SR. REINALDO MORANO –** Não. Isso ele não falou, mas só para lembrar de uma coisa absolutamente psicótica. Mas o filho devia ser bem problemático para ele fazer uma coisa dessas. Também, com um pai desses, é verdade. Geralmente falam da mãe, mas no caso acho que o pai aí é um. Mas enfim, com isso eu quero dizer, na verdade eu conheci os outros lá. O Machado, Homero, Albernáz. O Albernaz já fazia o ruinzinho. O que o Valdir Coelho procurava fazer o simpático, o Albernaz fazia o gênero ‘mastiga vidro’. Ele estava sempre com cara de quem estava mastigando vidro, e ele fazia assim para cuspir o vidro em quem estava na frente dele.

Eu, quando passei pela auditoria militar, tentei registrar, fazer um registro disso no meu depoimento e o Juiz Auditor Nelson Machado Guimarães, eu acho que é um nome para não ser esquecido. Ele me ameaçou na hora, eu não sei se já havia o precedente do Cabo Mariani, e Nelson não gostou, ele mandou para baixo, para a tortura no prédio da auditoria lá na Brigadeiro Luiz Antonio. Eu tentei fazer um registro disso no meu depoimento e o Juiz não deixou, no fim eu insisti e ele acabou pondo alguns nomes. Outro dia eu li que isso acabou como testemunha em documento oficial. Mas enfim, no dia seguinte eu fui transferido do Tiradentes para o Pavilhão Oito da Casa de Detenção por punição de ter insistido em fazer valer um direito meu, quando o Juiz perguntava, algo mais a declarar? Sim, eu tenho. E eu fui punido com a transferência do Tiradentes. No caso era uma punição porque o regime da Casa de Detenção era pior do que o do Presídio Tiradentes na época.

Mas voltando para o DOI-CODI, no período em que estive lá ocorreu à prisão do Dudu, que era o Mário de Freitas Gonçalves, esse cidadão nos depoimentos dele ele deu lá, é isso que constava para a gente nas celas, ele deu indicação da localização do José Maria Ferreira de Araujo, o Arariboia, que durante muitos anos eu fiquei com o nome frio com que ele foi registrado, foi um nome até que usamos no documento de denúncia quando não se sabia o nome, Edson Cabral Sardinha, que era o nome que ele usava e a repressão sabia que era o nome frio, mas, no entanto fez o registro com esse nome em um documento de denúncia que nós presos na época fizemos. Foi o nome do José Maria Ferreira foi grafado, foi escrito como se fosse o Edson, então ás vezes eu tenho dificuldades. Mas eu estava lá no momento em que chegou o Arariboia e ele em um estardalhaço lá dos policiais, ele foi imediatamente levado para a tortura, de onde eu estava se ouvia um pouco dos gritos, enfim. Os gritos cessaram e o carcereiro, eu acho que era o Pedro DKV, desceu e falou que ele tinha morrido. Ele foi assassinado em questão, eu acho que não chegou à uma hora de tortura. Quer dizer, o tempo é sempre uma complicação, a gente perde a noção do tempo, mas foi muito forte e muito dramático. No meu depoimento, eu queria dizer que até é uma dívida que eu sinto que temos com Arariboia, Jonas, Herzog, o Bacuri passou por lá, não foi assassinado ali, mas passou por ali, com seu pai, e com todos os companheiros que foram assassinados e torturados ali.

Eu queria aproveitar para falar de uma coisa que me deixou muito impressionado no último sábado. No último sábado eu assisti a uma apresentação da peça Lembrar é Resistir que tem como autor o Isaias Almada e uma companheira também, de nome... Isso só fala a questão de reforçar o aspecto da memória mesmo, porque nós estamos esquecendo.

Mas no sábado eu assisti a uma peça do grupo de teatro Medicina, lá da Faculdade de Medicina da USP, eles montaram no porão da faculdade as celas com uma veracidade impressionante. Bem na proposta do Isaias, que era do grupo ir caminhando, e eles iniciaram com uma, você recebia uma ficha, e o clima desde o início era de repressão, de cassetetes, cala-boca, vai para cá e tal. E com uma música de fundo que também ajudava a criar o clima, você tinha que preencher uma ficha do DOPS, aí você entrava em uma fila, botava a impressão digital com uma maldita duma tinta que não saiu o tempo todo, eles davam um paninho para você limpar o dedo e eu fiquei com aquele paninho limpando o dedo e aquela impressão digital, e eu fiquei feliz não pelo que eu vi, mas porque ficou muito emocionante, muito tocante. A construção toda, depois saía para o pátio interno da faculdade, eu não sei quem conhece e quem não conhece as dependências do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, elas são uma coisa impressionante de tamanho, eles tamparam tudo aquilo com panos pretos, ficou impressionantemente realista a montagem. E você saía uma hora para o pátio, tinha um poço com alguém pendurado, torturado, e isso tudo para contar... É um grupo amador, o feliz da minha fala é por conta que é um grupo de jovens, o mais velho deve ter uns 20 e poucos anos. E eles tem um programa onde eles explicam o porquê. O GT M ficou aí sem vida nas últimas décadas, o GT M existiu, estou apontando para o nosso Idibal, que é o do teatro, mas eu acho que o GT M foi até a década de 70. E depois ele acabou sendo matado em parte pela conjuntura e agora ele foi revivido. E é uma meninada, jovens de 20 anos, 20, 22, se preocupando em recuperar dados da história do nosso país. E um contraponto a isso é assim, da outra vez que eu estive aqui naquela audiência do Bacuri eu contei que com o Carlinhos e mais uns outros, a gente estava tentando conseguir aquela Folha da Tarde onde noticiou a fuga do Bacuri onde ele jamais saiu do fundão do DOPS, lembramos aqui daquele Tenente Chiari, que em um gesto de extrema crueldade mostrou o jornal para o Bacuri onde constava que ele tinha sido responsável por entregar o Comandante Toledo, então, que ele tinha ido até o ponto para entregar o Toledo e que lá se aproveitou da confusão e fugiu. E essa notícia da Folha da Tarde, nós colocamos isso, eu fui um dos que presenciou essa cena, nós colocamos em abaixo assinado, colocamos naquele documento para a OAB e pois bem. A Folha da Tarde destruiu aquele exemplar. Então, no acervo da Folha da Tarde eles pularam dia 25. Então, o contraponto é isso.

Quer dizer, na verdade o jornal que foi mostrado era o Folha da Tarde, que era o jornal dos tiras, que fazia mais o trabalho para a repressão. Mas a Folha de São Paulo que era o jornal mãe, edição do dia 25 na primeira página está lá a notícia do Eduardo Leite, mas não é o que a gente gostaria de pegar na mão que é a cópia da Folha da Tarde. Então, tem a notícia da primeira página, e na página cinco da edição do dia 25 de outubro da Folha de São Paulo está lá, na página cinco está à notícia da prisão do Toledo e da fuga do Bacuri, mas eu insisto, a Folha. o jornal do dia 25 foi destruído. A Folha sabia como aquilo tinha sido objeto de denúncias e destruiu. É mais um incentivo para que a gente batalhe pela preservação dos lugares de memória, a memória material e imaterial. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** No seu relato você fala duas vezes que você passou por lá, no início. E depois não sei se você guardou essa cronologia. Você falou em 70, com Valdir Coelho e depois você voltou para lá ou foi contínua?

**O SR. REINALDO MORANO –** Não. Eu tinha sido preso no dia 15 de agosto pelo Fleury, o Esquadrão da Morte. Então, quando eu fui para a Operação Bandeirante eu já estava com 25 dias de prisão, e perde um pouco a graça para eles, perde um pouco o interesse. Enfim, eu fiquei pouco tempo nessa primeira chegada.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Que dia você entrou no DOPS?

**O SR. REINALDO MORANO –** Na Delegacia de Vila Rica para onde eu fui, dia 15 de agosto. Eu fui para o DOPS com a mudança do Fleury, que estava em desgraça, ele foi readmitido no DOPS no dia sete de setembro. Eu passei no DOPS acho que uns dois ou três dias e fui para a OBAN.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** E foi torturado de novo?

**O SR. REINALDO MORANO –** Não, só cadeira do dragão.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Quantos dias você ficou lá?

**O SR. REINALDO MORANO –** Poucos dias. Eu tenho isso anotado, agora de cabeça eu não lembro. Mas eu voltei uma vez depois por conta de um interesse que eles tinham em um assunto que não foi para frente.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Depois quando?

**O SR. REINALDO MORANO –** Eu acho que foi em 71. Mas aí também só de passagem.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Na auditoria se torturava também?

**O SR. REINALDO MORANO –** Esse caso do Mariani é famoso, ele foi torturado no andar de baixo. A auditoria, qual é o estatuto daquele prédio?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** É do Governo Federal. É o próximo que nós vamos abordar. Só mais uma coisa que eu queria te perguntar. E o período que você, você já depôs sobre o Bacuri e agora está falando do Arariboia. Nesse período que incluiu Vila Rica, DOPS e OBAN, na OBAN que é o objeto do tombamento, outras pessoas do seu processo da medicina ou de organização tiveram com você na OBAN, que você lembra e pudesse falar desse período?

**O SR. REINALDO MORANO –** Não. Ninguém. O Gelson, o Cabral, esse pessoal foi todo o outro ano. No ano seguinte.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Você tem mais uns minutinhos para ficar aqui? Eu queria, nós temos previstos aqui o Scavone que foi o que ficou mais tempo lá, a Rosalina e o Idibal, mas eu queria ver se o Idibal, como o Idibal era advogado e foi preso, eu queria na sua frente já que você citou, porque ele fala do GT, é o grupo de Teatro da Medicina, GT M. fantástico grupo do qual o Gelson dava uma excelente contribuição. Eu queria que o Idibal podia vir falar um pouquinho Idibal, como advogado, do exercício da sua função lá na OBAN. Você tem condições de falar sobre isso? Não. Então está bom. Tudo bem.

Então, eu passo as considerações.

**O SR. REINALDO MORANO –** Eu agradeço e boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Agora então a Rosalina Santa Cruz está pedindo para fazer uso da palavra.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Hoje vai ser lançado o livro ‘Seu amigo esteve aqui’, sobre o desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas que foi preso no Rio de Janeiro e foi torturado durante um tempo que a gente não consegue precisar ainda, e foi levado para a Casa da Morte de Petrópolis onde ele foi assassinado. E a Rosalina mais o Sergio Xavier Ferreira estão responsáveis pelo lançamento do livro que vai acontecer hoje na Livraria Cultura que é importantíssima a presença de todos que possam ir lá. É um documento histórico fundamental, a gente ter livros que contem a história de presos desaparecidos. Rosalina, você esteve no prédio do DOI-CODI?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ -** Estive. Eu fui presa aqui em São Paulo, presa no Rio de Janeiro em 71, cumpri um ano e pouco em prisão aqui na OBAN em abril de 1974, dia seis de abril. Só que tinha um antecedente, antes de eu contar a minha prisão da OBAN, eu tinha que contar o antecedente da OBAN. O meu irmão, desaparecido em 23 de fevereiro de 1974 no Rio de Janeiro, nós recebemos assim que o Fernando desapareceu, nós na busca por Fernando tivemos acesso, está no livro do Fernando que, ‘Onde está meu filho’ que é um documento que nós estamos fazendo que ainda não foi lançado. Fernando foi preso no dia 23 de fevereiro em março nós tivemos um acesso à advogada Mércia Albuquerque já falecida, advogada em Recife, a minha mãe em procura de Fernando em Recife, ela dá um cartãozinho dizendo que Fernando foi preso no Rio de Janeiro, mas ele está em São Paulo em um lugar que é a esquina da Tutoia com a Tomas Carvalhal, e nós nos dirigimos a Tutoia. A minha irmã Márcia Santa Cruz falecida, foi na própria OBAN nesse endereço onde a Mércia dizia que tinha informações que Fernando estava lá, e com uma sacola com roupas para entregar a Fernando. Foi recebida por um carcereiro de apelido Marechal que nós, depois que nós fomos na OBAN nós vimos que existia essa pessoa, era mais velho que a gente. Nós estamos tentando localizar o Marechal para que ele dê um depoimento na Comissão da Verdade, onde nós estamos tentando localizar o meu irmão, ele disse que Fernando Santa Cruz Oliveira está assim, hoje não é dia de visita dele, mas vocês podem deixar a sacola e nós comunicaremos o dia da visita.

Nesse mesmo dia à noite nós recebemos um telefonema da família do Marcos Burle que estava ali preso, ele estava em visita na própria OBAN, e houve uma discussão do Comandante de plantão com o Marechal dizendo que a sacola deveria ser devolvida porque Fernando não estava ali. Então, nós ficamos aflitas e tal. E fomos chamadas no 2º Exército, não mais na OBAN, e nos devolveram a sacola dizendo que era um engano, que o Fernando não estava na Operação Bandeirante e, portanto, a sacola estava sendo devolvida e que havia sido um engano do Marechal.

E uma das investigações que talvez possamos fazer é se a OBAN teria um lugar onde ficaria isolado, presos, ou que não estavam com a prisão reconhecida ou que estavam com possibilidade de serem mortos. Isso é uma coisa que a gente está tentando investigar e que é importante que a Comissão da Verdade onde se discuta a OBAN, saber se isso existiu. No desenvolvimento das nossas investigações que é possível de ser feito pelas famílias, nós sabemos que também há uma suspeita de que Paulo Rayte foi visto na OBAN por uma enfermeira que é a Diva, que teria visto também o Paulo Rayte na OBAN. Então, a gente precisa saber se muito tempo nós pensamos, Fernando foi morto na OBAN. Recentemente nós temos a história da Casa da Morte que foi se desenvolvendo, que Fernando foi levado para Petrópolis e agora a última informação dada pelo Delegado Claudio Guerra de que Fernando foi incinerado no forno da Usina de Carapibus que precisa também ser ativada em campos. Então, essa história de Fernando envolve a OBAN a Casa da Morte e a incineração. Mas diante da busca de Fernando naquela mesma situação, em abril de 1974, Fernando foi preso em fevereiro, em abril no dia seis, eu pensei antes de vir para cá olhar no calendário ver que dia da semana era, mas tem em todo o meu depoimento que eu fiz a Comissão de Anistia aqui em São Paulo.

Eu fui junto com o meu companheiro, na época Geraldo Leite, nós fomos ao 2º Exército cobrando a questão de Fernando, cobrando inclusive a questão da sacola do Marechal. Ficamos à tarde com o 2º Exército aqui em frente, e voltamos para o nosso apartamento na Avenida Angélica, e quando voltamos ao apartamento que tentamos por a chave na porta tinha mais de 10 pessoas dentro da nossa casa e nos renderam imediatamente. Eu lembro dessas pessoas, lembro que tinha um radio em cima da mesa, na casa, e eu tinha meu filho de cinco meses. Ele estava mordendo o berço, a menina que tomava conta dele estava no chão, rendida, deitada, e fomos presos naquele momento. Eu tentei voltar para o elevador e a pessoa que me rendeu no corredor, eu e o Geraldo, e eu disse, pelo amor de Deus, meu filho tem cinco meses, eu posso deixá-lo em algum lugar, na casa da minha irmã ou em algum lugar aqui? Ele disse, não pode e comunista não gosta de filho. E o Andre ria no berço, nós fomos levados, encapuzados em uma C14 que estava em embaixo do prédio e deixou um Andre em casa no berço com a moça. E fomos levados para a OBAN. Lá eu fiquei junto com a Nádia Nascimento, é a pessoa que eu mais me lembro, saía muito leite porque eu ainda estava amamentando, tinha cinco meses que o Andre tinha nascido. E eu fiquei poucos meses nesse lugar.

Lembro da cela, e lembro que fui levada para a cadeira do dragão e que fui interrogada por um Sr. que me prendeu na cadeira e me dava muita palmatória no pé e na mão. E queria muito saber sobre MR8 da qual eu não fazia parte. E eu me perguntava o tempo inteiro. O meu irmão? O meu irmão está aqui, recebeu a sacola, cadê o Marechal? Não sabemos que irmão é esse aí que você tem. Se ele está vivo, se ele está também que nem você, porque nós não sabemos disso aqui. E eu perguntei para as pessoas da cela, desesperada para saber se alguém tinha visto Fernando lá na OBAN, ninguém tinha visto.

Eu não fui submetida ao pau de arara ali, mas o Geraldo foi. E inclusive o pau de arara do Geraldo foi assistido por uma companheira que estava ali presa. O Geraldo está na Europa nesse momento e não pode dar o depoimento, que foi a Norma Sá Pereira e estava também presa, super torturada, e eles punham para ela assistir a sessão de tortura, e eu voltei para a sede. Era a semana santa nessa época e eu fiquei em torno de 10 dias na OBAN e conheci o Marechal, e perguntei para ele, meu irmão esteve aqui? Porque você deu a sacola? E ele disse, eu não conheço o seu irmão e ele nunca esteve aqui, essa informação não é correta. Depois de dois dias que eu estava na OBAN o meu irmão Marcelo, eu fui levada para encontrar com ele na OBAN porque como naquela época não tinha celular e não tinha telefone fácil. A gente parou de se comunicar e o Marcelo e o Eudes vieram a minha casa, sendo que Eudes ficou em um ônibus que era circular e passava pela Angélica, e Marcelo entrou. Quando ele entrou, levaram ele preso na OBAN para que ele assinasse e poderia pegar meu filho no apartamento. Ao sair da OBAN onde Marcelo ficou de oito horas, 12 horas, ele foi levado ao apartamento e já não tinha mais nenhum policial no apartamento. A moça que estava com o Andre já estava com a sacola pronta e ela dizia, eu vou levar a criança para a minha mãe cuidar, porque eles disseram que esse casal aqui é um casal de terroristas e que eles não vão voltar, e que a criança podia ser levada. Quer dizer, por minutos a gente ia ter tido uma busca pelo Andre. O Marcelo pegou o Andre, levou para lá para a casa. Nós fomos soltos da OBAN na seguinte forma. Consta no meu registro da OBAN, eles nos liberaram 10 a 15 dias depois em frente à igreja que está lá na Tutoia e disse, vão embora. Nós tomamos um taxi e estava o Andre, felizmente em casa. E eu sempre pensava assim, eu não fui muito torturada, até porque a nossa memória e a nossa capacidade de entender o que é a tortura, a dimensão do que é a tortura. Porque lá eu pensei que só me deram palmatória, eles nem me puseram no pau de arara como me puseram no Rio de Janeiro. Eles nem me deram choque intermitente como me deram no Rio de Janeiro. Então, eu fui capaz onde tinha um Sr., um torturador, esse que me dava palmatória, eu vi comentando com outro que ele estava muito feliz porque tinha nascido uma filha dele. Eu, desaforadamente só para provocá-lo disse, parabéns, você vai ter uma filha, que bom que um dia ela possa ser uma socialista. O cara me batia, revoltado com essa historia. Claro que eu fiz por provocação.

Eu acho que a memória ativa é a memória presente, que a gente recorda 40 anos depois, tem uma interpretação e uma história que vivemos e surpreende que naquele momento pudéssemos sair dali e dizer, foi até bom, não fui tão torturada. Estou sem poder amamentar meu filho porque meu leite está secando, o Andre estava super mal porque teve que substituir a amamentação dele. E hoje para mim é muito mais difícil falar 40 anos depois sem chorar, que me surpreende que a tortura seja uma máquina indelével mesmo, que levaríamos para sempre com a gente, embora eu me sinta uma resistente, uma sobrevivente, nunca vítima.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Quantos dias você ficou na OBAN?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Em um atestado que eles te dão, diz que eu fiquei sete dias. Eu acho que eu fiquei mais porque teve a semana santa inteira. Pelo relato da minha irmã e meu filho eu fiquei 15 dias.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** O Marcelo, quando ele foi preso no ônibus, ele foi para lá também?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Marcelo foi para lá, mas ele ficou em torno de oito a 12 horas porque ele ficou de receber autorização se ele podia pegar o Andre e levar ou para o Rio de Janeiro ou para a casa dele.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** E o Fernando, agora que essas histórias todas estão sendo reveladas, ele passou por lá também?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Isso a gente não sabe. Tem o episódio da sacola e o fato do Marechal ter recebido a sacola e o fato da Mércia Albuquerque que é uma advogada de Recife que tinha uma relação com os militares, ter dito que o Fernando passou por lá, até aí completaria a historia. A Mércia, além de ter dito que ele passou por lá, nos levou até a OBAN para levar a sacola para saber de Fernando, quando foi depois de abril, depois que eu fui solta teve outro episodio, a Mércia chamou minha mãe, ela era amiga de Fernando. Coincidentemente na mesma época que a Cruz Vermelha tinha chamado minha mãe para falar que Fernando estava vivo e que, portanto, ele podia aparecer a qualquer momento, que a gente se tranquilizasse porque ele podia aparecer, também levou roupa para Fernando no Rio de Janeiro. Na hora que nós chegamos a Cruz Vermelha que o Professor Gastão na época tinha informações sobre o meu irmão. Nos deu até o nome e nós temos aqui, estamos apurando, de uma pessoa em Brasília ligados ao CIE, nós temos o bilhete xerocado, mas a questão da OBAN. A Mércia procurou a minha mãe e falou para a minha mãe a seguinte coisa, eu ontem sonhei com o Fernando, ele estava muito tranquilo e pediu para a Sra. ficar bem, ter calma, ele não vai mais aparecer. Então a gente supõe que ela deve ter tido também a interrupção. Por muito tempo nós pensamos que Fernando tivesse sido morto na OBAN. Agora nós achamos que ele pode ter passado pela OBAN como Paulo Rayte também passou. A gente precisa dessa investigação, precisa saber o nome do Marechal que recebeu o bilhete, porque é quase certeza que Fernando foi morto na Casa da Morte pelo Marival e pelo Claudio Guerra. Os dois declaram que Fernando foi morto na Casa da Morte em Petrópolis. Agora, a passagem dele na OBAN, se é verdade, se os dados foram apurados, é que havia essa rota. Ele morava no Rio de Janeiro, se ele vinha para São Paulo e se foi levado para Petrópolis depois. A gente precisa saber não só para tombar Petrópolis, não só para mostrar, deixar claro esses campos de extermínio clandestinos e a clandestinidade dessas mortes e a ligação direta com centros oficiais de tortura. A minha declaração, Adriano Diogo, eu acho que a gente pode perguntar quem era em abril de 74 todos os integrantes da OBAN. Eles têm RG, eram funcionários públicos. Para dizer se Fernando passou por lá ou não. Senhor Marechal, era o nome falso dele. Como era, tinha esse local lá atrás? Tinha pessoas escondidas que iam para outros locais? Eu fui direto para um coletivo onde eu vi outras pessoas. E a minha prisão eu não sei se tinha a ver com ameaça, cala a boca, eu não sei se tinha a ver com Fernando.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Rosalina, você foi presa duas vezes?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Fui presa no dia três de dezembro de 1971 e fiquei até o começo de 1973. Fiquei um ano e um mês presa no Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Quando você foi da primeira vez, você entrou pelo DOI?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – No Rio de Janeiro eu entrei pelo DOPS. Eu fui presa no DOPS Guanabara, do DOPS Guanabara eu fui levada inclusive, um absurdo, eu fui levada depois de cerca de 10 dias no DOPS Guanabara eu fui levada no Iate Clube no Rio de Janeiro, nós fomos no dia de sábado, estava cheio de pessoas, eu, Geraldo e policiais a paisana. Nós entramos disfarçadamente, o Iate Clube cheio de gente. Fomos levados em uma lancha, eles nos puseram no chão da lancha e puseram o pé em cima da gente, e uma sensação de medo terrível de que íamos ser jogados no mar. Ouvíamos essas historias, de pessoas que estavam na lancha. Eles me levavam para o DOPS Guanabara. A minha prisão era por decorrência dos camponeses de um padre de cachoeira de Macacu na baixada fluminense. Fomos interrogados no DOPS Guanabara por pessoas, por agentes da Marinha, do CENIMAR e do DOI-CODI, que foram ao DOPS Guanabara e nos torturaram lá, por pura pressão do DOPS Guanabara que falava que não se responsabiliza por essas pessoas serem maltratadas aqui porque aqui é um lugar nosso, houve pressão entre eles e o DOI-CODI ficou na Barão de Mesquita. Eu fiquei nesse tempo, 52 dias. Até ir para Bangu. Até ir para a Vila Militar.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Então, você ficou presa 52 dias. E foi para o DOI-CODI no Rio de Janeiro e depois foi para Bangu.

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Fui primeiro para o DOPS, depois para o DOPS Guanabara, depois ao DOI-CODI, e do DOI-CODI e fui para a Vila Militar onde fui vista, veio o advogado, minha mãe me viu. Durante esse período eu fui vista pelo coordenador do meu inquérito que era o Marechal Coelho, levou minha mãe para me ver depois de 42 dias na sede do Exército. Depois disso eu fui levada para a Vila Militar onde fiquei 10 meses para a Vila Militar, onde tinha sido preso o pessoal da VAR, 10 meses depois de presa eu fui levada, retirada do quartel onde eu estava e levada para a Barão de Mesquita novamente. Aí na Barão de Mesquita eu fiquei na geladeira, tinha 10 dias de presa, e nesse dia por coincidência aconteceu a minha auditoria, eu fui da Barão de Mesquita para a auditoria. E fui com uma sandália vermelha porque eu estava descalça com uma roupa que a gente usava, a minha audiência está também registrada, porque essa audiência é pública, e ao chegar eu vi minha mãe, os camponeses, o padre, Geraldo, e me tomei de bravura, sei lá de que e resolvi fazer uma denúncia que tinha sido torturada, que tinha levado choque na vagina, e comecei a falar para o Juiz. Levei choques inclusive fui ameaçada quando eu vim para aqui porque sai da Barão de Mesquita e ele me disse, me tirou o capuz e me disse assim, você vai voltar para aqui, vejo que você fala lá. E eu, Juiz, não me deixe voltar para lá, porque eu não posso voltar para lá, por favor, não me deixe voltar para lá.

Todo mundo foi embora, suspendeu-se a sessão, e eu me arrependi que nem aquela mulher do... Como é o nome daquele filme, que disse, para que eu fiz isso? Porque estava registrado. O Modesto da Silveira, meu advogado, registrou inclusive que eu tinha tido uma hemorragia durante a minha prisão, e eles teriam dito que eu estava grávida e teria perdido uma criança para o Juiz, aí eles me mandaram para lá. Isso oito horas da noite eu disse, então vou para o meu quartel, já chamava assim. O quartel que eu estava inicialmente com as meninas. Eu não vou mais para a Barão de Mesquita, eu vou para o meu quartel. Me puseram em um camburão onde tinha um buraquinho e eu vi naquele camburão a volta para a Barão de Mesquita. Quando eu entrei na Barão de Mesquita, eu sei o que é medo. Eu senti uma dor no diafragma, na barriga, eu não conseguia me conter de medo, de arrependimento de ter falado aquelas coisas lá. Quando entrei na Barão de Mesquita eu lembro entrando, abriram a porta do camburão, jogaram um capuz e eu desci. Quando eu desci eu ouvi a voz no meu ouvido do cara dizendo, você vai voltar para aqui. E ele disse, você voltou! Quando ele disse, você voltou, eu tremia tanto, tanto, que não conseguia conter o meu corpo. E ele dizia, sua comunista covarde, medrosa. E eu dizia, não sou. Não tenho medo de você. Eu não tenho medo de você. Eu não conseguia controlar o meu corpo e o medo daquele cara me dizendo, você voltou, e agora vamos lá. Desci de novo para o porão, fui submetida não a tortura física, mas a tortura psicológica. Vai fugir, morreu, não sei o que, se ajoelha, (ininteligível) uma pessoa que não pode ter nome de rua, que não pode ter, que devia ser chamado no banco dos réus que é o grande responsável por isso. O Sr. Silvio Frota, e quando ele foi lá me ver, eu me levantei e menstruei! E ele me falou, que mulher nojenta. O que a Sra. foi torturada por acaso? E eu falei, fui, eu só falei a verdade. Mas agora não. Eu fui daquela vez que eu fui presa, e eu falei a verdade lá. E ele falou, dá aí um absorvente para essa mulher e manda ela lá para o quartel. Esse era o comandante do 1º Exército, todos os comandantes do 1º, do 2º do 4º Exército eram responsáveis e comandavam essas torturas. Esse aí, os nomes são públicos, temos que tirar desse país, esses homens não podem ser pronunciados como fazendo parte do Exército brasileiro. Eles são torturadores e como na Alemanha nazista ninguém pode por nome de Hitler em nenhuma rua, em nenhum lugar. Não é só o Costa e Silva, o Ustra, e os outros, nós sabemos quem eles são. Não precisamos provar mais nada, gente!

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** E esse processo no Rio de Janeiro termina quando?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Termina quando eu sou julgada em 75 e condenada a um ano de cadeia.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** E quando você veio para a OBAN em São Paulo?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Eu vim para São Paulo assim que eu saí da cadeia em 73. Eu vim para São Paulo com liberdade condicional, eu engravidei, tive filho e fui presa de novo.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Quando você foi presa de novo?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – 74.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Que você entra na OBAN?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Abril de 74.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Ultima pergunta, o Fernando trabalhava aqui em São Paulo no DAEE. Ele foi preso, e não se sabe ainda até hoje onde ele foi preso?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Sabemos, ele foi preso no Rio de Janeiro na Nossa Senhora de Copacabana, em um ponto que ele foi cobrir com o Eduardo Leite.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** O Clovis também trabalhava no DAEE e no DOPS? O Clovis é do mesmo processo do Fernando?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – Não.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Os livros. Só para concluir, fala direito dos dois livros. Qual é o livro do Fernando?

**A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ** – É o livro do Fernando, esse é o de hoje. Gente, é importante a gente fazer esses livros, que é uma forma de a gente escrever essa memória que é tão difícil de a gente contar. Você vê, um ano, dois anos, é tanta história e é muito doloroso. Depois que a gente sai daqui a gente não dorme direito. Não sei por que, mas volta muito forte quando a gente lembra... Mas é isso aí. Sem vitimização, pelo amor de deus. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Doutora está pedindo licença para sair porque ela já havia anunciado que ia. Muito obrigado.

**A SRA. SANDRA KISHI –** É só para colocar aqui que na palestra uma ligeira fala que eu fiz na terça feira no seminário sobre lugares de memória, eu frisei a questão da participação na justiça de transição. Esse ambiente de audiência pública é o espaço sem dúvida nenhuma desse processo democrático de justiça de transição. O que eu ia falar de novidade, o Ministério Público e na justiça de transição, é que a Justiça Federal na semana passada aceitou, recebeu a denúncia criminal no caso de reparação do dano no aspecto penal, responsabilização criminal. É uma vitória que é difícil e a Justiça brasileira não tinha tido nenhum precedente ainda nesse sentido. E a última notícia mesmo de ontem que o Ivan Marques, Procurador da República já está cuidando do acervo Rubens Paiva no Rio Grande do Sul e os Procuradores da República estão atuando, cumprindo o que nós temos que fazer mesmo. Somos pagos pela sociedade para cumprir essa justiça. Parabéns pela iniciativa, obrigada pela oportunidade. Lamento ter que deixá-los, mas eu já tinha assumido outro compromisso no Ministério Público. Obrigada, boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Só para registrar, a Rosalina falou de dois livros. Nós estamos sugerindo Rosalina, por isso que eu vou ler, que todos os livros desse período que tem um crédito e que seja incluído no relatório final da Comissão da Verdade. Então, a Rosalina deixa o livro ‘Onde está o meu filho’ da editora CEP que é Chico de Assis, Regina Tavares, Giovandro Filho, Gloria Brandão, Jodeval Duarte e Nagib Jorge Neto. Ela deixou esse livro como contribuição para o nosso relatório da Comissão Estadual para a Nacional. E também esse é o que ela está fazendo a apresentação, que vai ser lançado hoje. É a história do desaparecido político Carlos Eduardo de Freitas que vai ser assassinado na Casa da Morte, ‘Seu amigo esteve aqui’, da editora Zaar. Então, esse aqui não vai ficar, depois vão mandar um exemplar para entrar para a Comissão. Obrigado Rosalina.

Artur Scavone. Era bom que você fizesse essa parte de ficha técnica, organização da prisão, condições da prisão, foi preso direto na OBAN, teve aquele problema de saúde gravíssimo, ficou vários meses internado na cela. Faz a introdução mais técnica para a gente caracterizar (inaudível – fora do microfone) que é o prédio da OBAN.

**O SR. ARTUR SCAVONE –** Eu era estudante de Física na USP, tinha 21 anos, 1971, 24 de fevereiro eu pertencia a uma organização de luta armada chamada Movimento de Organização Popular que era uma dissidência da LN, eu fui preso no dia 24 de fevereiro de 71, em 72 desculpe, na Rua Bandeira Paulista, no Itaim Bibi. Eu tinha um ponto marcado, se não me equivoco às 10 horas da manha. Fui antes no ponto para conferir, mas esse ponto de encontro na realidade tinha uma menina presa, era Márcia o nome dela. Ela tinha 18 anos, foi torturada, e ela disse o ponto para que eles pudessem me pegar. Eu estava clandestino nesse período e posso contar por que. Eu andava armado, era a política da nossa organização fazer a resistência armada, e nesse dia às 10 horas eu fui encontrar com ela no ponto, e no momento do encontro quando eu a vi era uma emboscada, havia um grupo do DOI-CODI me aguardando disfarçados, evidentemente, e um deles me metralhou com uma arma, uma parabelo, semi automática, e eu fui atingido com cinco tiros. E a arma que eu usava me salvou porque ela estava no peito e segurou os projeteis que possivelmente seriam fatais. Eu levei dois tiros no braço, dois tiros no peito aqui que passaram perto da coluna, e um outro tiro nesse outro braço direito. Nesse momento eu caí no chão evidentemente, os caras me pegaram ali, me botaram dentro da perua e me levaram para o DOI-CODI.

Lá no DOI-CODI quem me recebeu foi o Ustra com mais o pessoal todo. Eu, pelo que eu estava vendo das fotos, eu não tenho certeza, mas eu acho que eles estavam naquele pátio rebaixado porque eles fizeram uma roda em volta de mim. Só que quando me tiraram da c14 eu cai no chão. Eu estava furado e vazando sangue para todo lado. E como eles viram que ali eu estava em uma situação que ali eles faziam alguma coisa ou provavelmente eu não sobreviveria. E também porque eles já tinham pego muita gente do MOLIPO que estavam acima de mim no comando da organização não sei por que, mas enfim, talvez por esses motivos eles resolveram me levar ao Hospital das Clinicas, não queriam me deixar entrar rapidinho na lista. E o engraçado é que foi no dia que o Edifício Andraus pegou fogo. Eu sempre tenho confusão se é o Andraus ou o Joelma. É o Andraus, dia 24 de fevereiro. E aí como eu estava no DOI-CODI, no HC eles tinham uma área que eles levavam as pessoas, e aí médico não que fosse de confiança deles, não é isso, porque o médico tem o dever de fazer o tratamento, mas eles têm uma área lá, enfim. Eu fui para lá e me registraram como Zé da Silva para ser examinado, fui examinado muito rapidamente ali, fizeram Raios-X, e aí eu perguntei para o médico... Tem muita coisa para contar, eu vou fazer um depoimento pensando no DOI-CODI aqui. Não vou contar a história inteira, mas evidentemente eu não queria ir para o DOI-CODI, eu sabia o que estava me esperando lá porque a gente sabia que a vida de um guerrilheiro ali era de um ou dois anos na cidade, e tinha que ir para o campo. E senão a tendência era ser pego porque essa era a situação que nós estávamos dizendo. Eu esqueci o nome dele agora, porque um desses companheiros é um que estava do PT aqui, lá de Santos. Fausto Figueira, ele era um residente. Ele foi obrigado, foi lá e tal. Aí eu perguntei para ele, eu vou ter que ser operado? Ele falou que não. Aí eu falei, não faz isso. Me opera. Eu queria ser operado porque se eu fosse operado não iria ser rapidamente levado ao DOI-CODI. Mas não, as balas passaram de um jeito que machucaram o pulmão, mas não fizeram nada fatal. Eu sei que eles dali me levaram ao hospital Militar, e dali eu fiquei uma semana algemado em uma cela externa e lá as equipes da OBAN se revezaram durante mais ou menos uma semana, me interrogando. Mas era um lugar aberto. Assim, era uma cela no lugar externo ao prédio. Lá fizeram interrogatório, fiquei algemado na cama, eles vieram, o DOI-CODI como todo mundo sabe, tinha equipes que trabalhavam a cada dia, eles se alternavam. E as equipes foram sucessivamente me interrogar lá. Mas era interrogatório a não ser o psicológico, sem nenhum tipo de pressão física até porque eu acho que eles entenderam que não tinha como fazer isso na hora, era um lugar aberto, e eu até que fiquei meio valente porque eles me levaram as fotos de um dos companheiros que eles logo em seguida assassinaram, o Lauriberto José Reis, eu acho que foi até o Homero. E eu falei, já foi? Então, você pode deixar que o nosso pessoal ainda vai pegar vocês.

E aí depois dessa semana eu fui efetivamente ao DOI-CODI. Só que eu não sabia, mas eu estava com pleurisia, estava com o pulmão infeccionado, e estava com a saúde muito debilitada, mas eu de qualquer forma fui ao DOI-CODI essa segunda vez, e aí então que eu passei pela tortura. Fui encapuzado, fui levado à sede do DOI-CODI, e aí o Ustra me recebeu. E ele me deu uma bofetada com a mão fechada na orelha que me perfurou, prejudicou o tímpano, fez uma lesão no tímpano direito, e fez as ameaças e eu fui para o interrogatório. Como eu estava ainda com esse problema decorrente da prisão, eu estava algemado, sentado na cadeira, mas de roupa, e o que eles fizeram foi me interrogar dando choque na cabeça. Eu fui interrogado na salinha embaixo da escada. Eu nem conheci, quando eu cheguei lá não se usava a de cima. Era a salinha lá embaixo. Me interrogaram durante três dias as diferentes equipes. O interrogatório foi desse jeito, eles batiam e davam choque na cabeça. Depois de mais ou menos três ou quatro dias eu voltei para o hospital porque não estava dando, eu não conseguia mais dormir por causa da pleurisia, no Hospital Militar. Eu só fui para o HC no dia da prisão. Voltei para o Cambuci e lá eles foram me tratar. Tiraram raios-X, viram que eu estava com essa pleurisia de forma aguda e tiveram que fazer punção.

Punção é botar uma agulha grossa aqui, tirar água do pulmão e botar antibiótico, esse tipo de coisa. E é muito gozado a cabeça da gente porque eu não sabia o que estava acontecendo, não sabia o que eu tinha, só sabia que estava doendo, mas não sabia o que eu tinha. E quando vieram para me dar a injeção, vão me dar soro da verdade, vão me dar alguma coisa para eu falar. E eu fiquei repetindo coisas para mim. São outras histórias. Eu sei que daí fizeram essa punção duas vezes, eu fiquei lá mais uma semana e depois voltei ao DOI-CODI.

Nessa volta do DOI-CODI continuou os interrogatórios, mas aí já sem a pressão inicial. Já era interrogatório ameaçador, mas não com a violência física que havia no início.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Nesse tempo que você ficou no X2, você ficou?

**O SR. ARTUR SCAVONE –** Nós ficamos no X2, X3, passamos por tudo ali.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Quanto tempo você ficou por causa dessa pleurisia?

**O SR. ARTUR SCAVONE –** Quando eu fui preso, fui ao DOI-CODI eles me receberam, me levaram para as Clínicas, e no mesmo dia à tarde eu já estava no Hospital Militar. No Militar eu fiquei mais ou menos uma semana em uma celinha externa, depois disso eu voltei ao DOI-CODI, voltei na mesma condução que o Damião de lima trindade, voltamos na mesma C14, então, aí que eu fui interrogado. Na segunda ida ao DOI-CODI, e aí com violência e tal. Fiquei lá por mais ou menos uma semana que foi o tempo desse interrogatório. Eu não me lembro em quais celas eu fiquei, mas eram nas celas lá dentro do próprio DOI-CODI. E depois disso devido à gravidade eu imagino, eles me mandaram de novo ao Hospital Militar. Eu fiquei mais uma semana, aí eu já não fiquei algemado, fiquei junto com o (ininteligível) que foi um cara que fez um monte de coisa errada, mas enfim, fiquei com ele na mesma celinha no Cambuci. Nós voltamos de novo no DOI-CODI, continuaram os interrogatórios. Na mesma cela, mas sem tortura física. Eu estava algemado, ferido com cinco tiros e estava algemado na cama. Então, e eles falando, fazendo ameaça psicológica. Então, nessa volta para o DOI-CODI eu fiquei lá. Fiquei nove meses no DOI-CODI. Na verdade ficamos nove meses. Eu, o Pedro Rocha, o Gianini e mais algumas pessoas. E então nós ficamos longos períodos no DOI-CODI. E aí depois disso eles nos conservaram lá e eu não sei os motivos, mas um deles é que havia uma rivalidade do Fleury e as estruturas do CENIMAR, enfim, do DOI-CODI. Da Marinha, Aeronáutica, que compunham o DOI-CODI. Eles não queriam que o Fleury nos interrogasse. Então, nós ficamos lá. Eu não sei se é só por isso porque nesse período que nós ficamos no DOI-CODI nós convivemos com o Edgar de Aquino Duarte. O Edgar era um rapaz que trabalhava com imobiliária, corretor de imóveis, foi preso quando da prisão do Anselmo, que era um caso conhecido de todos que se infiltrou e traiu todo mundo, historia tristemente conhecida e pelo fato de que o Anselmo foi libertado para se infiltrar ou já era, enfim, infiltrado nas organizações eles não poderiam permitir que alguém que soubesse da prisão dele, saísse e contasse que o Anselmo foi preso porque daí se ele esteve preso, como é que ele estava solto? Como ele estava andando por aqui? O Edgar de Aquino ficou um tempo conosco, eu não sei quanto tempo ele ficou conosco aí ele foi para outros lugares e sumiu. Quer dizer, mataram o Edgar porque ele não podia depor que o Anselmo tinha sido preso. Eu me lembro, o Promotor Sergio Soyano entrou com processo e foi acatado, contra o Ustra e mais outros que eu não me lembro pelo crime continuado do sumiço do corpo do Edgar Aquino. E aí o DOI-CODI, agora concentrando no DOI-CODI, aquele espaço, aquele ambiente. Nós ficamos nove meses ali dentro. Aquilo era um centro de tortura e depois do que nós ouvimos lá dentro, depois do período que a gente passou pelos interrogatórios e eles não nos chamavam mais, nós ficamos ali em uma cela trancados, passando dia após dia, eram gritos, berros, todos os dias. De manhã, de tarde, de noite, dependendo quando eles traziam alguém preso, ou quando resolviam interrogar alguém. E havia um procedimento ameaçador permanente, o Dirceu Gravina e os outros, eles o que aquilo provocava, então, eles pegavam, o pau de arara todo mundo deve saber, enfim, você tem um suporte de cavaletes e tem um cano que mantinha o sujeito pelos joelhos dobrados e as mãos presas. E esse cano é um cano grosso para poder sustentar a pessoa. Eles faziam questão de jogar esse cano no chão ali embaixo da escada para onde se vai para a sala de tortura. Jogar o cano da escada para ele fazer blein, blein, blein, isso não significa nada. Mas para quem estava lá dentro, o blein, blein, blein é porque o cano estava sendo montado para alguém ser torturado. O cano caindo lá dentro era assim, pronto, agora vem à gritaria. Outra coisa que também era um registro violento era o barulho da chave. O carcereiro vinha, como era o DOI-CODI? Aquela parte central tinha três celas de um lado, três celas de outro, para cima é aberto e no meio tinha um muro para que um lado não visse o outro. E a cela você podia enxergar de um lado para o outro, e ali dava na entradinha da escadinha onde se fazia tortura. E lá no canto tinha uma cela forte. E a saída dessas celas era uma grade fechada. O barulho de abrir essa grade, aquela grade fechada significava que ninguém ia sair dali de dentro, era uma salvação. Ótimo, porque ninguém queria sair dali. Sair dali era ir para uma sala de tortura. Então, o barulho do carcereiro batendo as chaves que ele vinha abrir, quem é que ele ia abrir? Qual a cela que ele ia abrir? Quem ele ia levar agora? E a tortura, isso era importante dizer, não diz respeito ao DOI-CODI em si, mas eu acho que é preciso ser dito. O problema da tortura não é o momento da tortura. Não é quando você está quente, está preso. Aquilo que a Rosalina contou, que alias, contou tristemente, mas contou muito bem. É você saber que você vai ser torturado, é você esperar pela tortura de novo. Essa é a essência do processo de derrubar o resistente. Derrubar por quê? Porque você não vai contar e você vai ser torturado.

Eu vou fazer uma quebra e ir lá para frente. (ininteligível) eles resolveram me chamar de novo, eu não sabia, mas nós íamos ser levados ao Fleury e para esse que morreu, Romeu Tuma. Eles me interrogaram e como nós íamos ser levados para lá nós íamos dar uma apertada para que tivessem certeza que nada mais pudesse ser tirado pelo Pedro Rocha e mais ninguém, só que nós estávamos lá dentro. E aí eles me chamam um dia, eu não me lembro qual equipe me chamava lá para dentro e meu deus, a nossa cela não abria mais, abria para chegar gente, abria para sair gente que ás vezes colocavam do nosso lado lá, e falaram bem de manhã, bem cedinho, nós estamos sabendo que você não contou tal coisa, fulano veio aqui e não sei o que, você vai se arrebentar na nossa mão, leva esse cara, não sei o que, e me botaram na cela forte. Botar na cela forte é você passar o dia esperando a tortura. Aí você vai criando mecanismos. Eu dormi, deitei no fundo da cela e dormi até quando eles vieram me chamar. São mecanismos de defesa.

Mas, porque eu estou contando isso? Para tentar dizer para vocês o que significava lá dentro do DOI-CODI, abrir a chave, abrir a porta, derrubar a chave, derrubar o cano no chão e por fim as gritarias dos companheiros que estavam sendo torturados. Era parte da tortura com certeza. Qual era a lógica de quem ia lá para dentro? Qual era a lógica disso? Era dizer, aqui nós temos o poder sobre a tua vida. E é isso. Eles faziam questão de dizer, aqui nós temos poder sobre a sua vida. Ninguém sabe que você está aqui, aqui você é nosso. Nós fazemos de você o que a gente quiser.

A lógica era essa e assim que eles procediam. Como funcionava o DOI-CODI? Eles tinham um mecanismo de operação lá dentro que era um interrogatório lá embaixo e a equipe que ficava lá em cima na descrição que o Ivan fez. Em cima ficava um pessoal burocrata que analisava os depoimentos escritos que eles tomavam na tortura ou pós-tortura nas salas de baixo. E a técnica era exatamente essa, muita porrada, muita ameaça, até tornar as pessoas, debilitar psicologicamente as pessoas para procurar obter as informações, relatar as informações e muitas vezes, eles chamavam a gente para interrogatório munidos das recomendações das equações de como eles chamavam, de inteligência. Então, eles chegam para tal cara e pergunta tal coisa. Esse era o funcionamento interno do DOI-CODI. Dizia o Ustra que nós comíamos a comida dos Oficiais. E de fato a comida que vinha era uma comida, normal. Não era uma comida... Porque quando eu fui para o DOPS, eu comi feijão azedo. Então, lá não veio com feijão azedo nenhuma vez, mas assim, o Ustra não foi uma única vez, ele desfilou na nossa frente lá dentro fardado, acompanhado de Oficiais, eu não sabia reconhecer patentes, mas não eram Oficiais menores.

Eu me lembro muito bem de pelo menos uma vez o Ustra passeando pelas celas mostrando os troféus para Oficiais de alta patente. E inclusive você via, eram homens de idade, não eram jovens, que iam lá e falavam, esse é o Artur, esse é o fulano de tal, esse é o cicrano. Ou seja, esses caras receberam informações das nossas prisões e quando eles foram lá no DOI-CODI e diziam assim, sabe aquele cara que você leu? É esse aqui. Sabe aquele lá? É esse aqui. Então, essa relação de conhecimento existia. O Ustra lá dentro do DOI-CODI comandava aquela história toda, desempenhava o papel do bonzinho, a Jane que esteve lá, eu não me lembro exatamente o nome dela, ela levou um tiro na cabeça e ficou semi paralisada de um lado. E o Ustra ás vezes saía e levava ela para andar porque ela precisava fazer movimento. Vinha fazer firulas com aquela juventude que estava lá presa.

Mas enfim, desses nove meses nós tínhamos dia de alguma calmaria, quando os interrogatórios eram só berreiros, berreiros eu digo dos interrogadores, que não estavam sendo torturadas. E tinha dias que se percebia que tinha acontecido uma tragédia. Porque era uma zoeira total, uma zorra total, uma barulheira, gritaria, e aí eles não deixavam a gente circular porque evidentemente eles não queriam que a gente visse o que estava acontecendo lá para dentro. Eu não sei o que eu posso mais colocar sobre especificamente lá, mas depois do DOI-CODI e isso é importante dizer, eu saí do DOI-CODI e fui ao Tiradentes, eu fui preso em fevereiro, fiquei no Cambuci e voltei, fui e voltei, fiquei lá no DOI-CODI os nove meses, em novembro eu sai e me levaram para o Tiradentes onde o Martinelli me recebeu. Ir para o Tiradentes foi uma liberdade. Era ir para alegria, porque era uma cadeia onde estavam os companheiros e não tinha tortura. Então aquilo era uma festa. Mas o importante é dizer que eu fui chamado uma vez para o DOI-CODI quando eu já estava com o meu processo judicial militar em andamento. Isso é muito importante. E aí eles não me colocaram nas celas de baixo porque evidentemente eu ia ser tirado da cela de novo e eu não podia levar informações do pessoal que estava lá preso.

Isso eles sempre faziam. Então, eu fui levado naquelas celinhas que, aliás, parece que está do mesmo jeito, em cima no prédio da frente. E eu fiquei lá em cima, e assustadíssimo evidentemente. O que ia acontecer, porque eles tinham me chamado. Mas eles tinham me chamado sem explicações. Mas lá tinha uma janelinha e eu vi o pátio. E isso é importante registrar, é pena que ela foi embora, mas era bom comunicar para ela, o Nelson Machado Guimarães, o Juiz que me julgou, ele entrou no DOI-CODI e foi lá para dentro. E isso eu vi, eu não tenho como provar, eu vi. E vejam só depois a sequencia dos fatos. Aí o Pedro Ramiro que tinha a âncora tatuada, me chamou na salinha de tortura no alto da escada, senta aí betão, vamos conversar. E aí, você está lá no Tiradentes? Estou lá. Mas você está bem? Estou bem. Mas vamos falar do tempo que você ficou aqui, Betão, como foi? Essas coisas de você falar que fez o assalto, roubou a rádio patrulha, roubou o Birralho? Eu falei, o que você quer saber? Ele falou, é verdade ou não?

Quando ele falou isso, na minha cabeça juntou um quadradinho. O Nelson Machado está me ouvindo para saber o quanto eu falei foi mentira por causa da porrada e o quanto foi verdade. Quando isso passou na minha cabeça, porque ele não estava me perguntando nada. Não me perguntou se eu conhecia, se eu não conhecia, se foi, se não foi. Ele estava me perguntando se foi verdade que eu tinha feito aquilo. E eu, Ramiro, você sabe que a gente fala aqui por causa da porrada. Não, mas você falou... Ramiro, aqui não tem condição. Você quer que eu fale de novo aqui, eu falo. Dos quatro companheiros, eu fui o que pegou a pena menor. Eu fui o que pegou a pena menor. Eu peguei 13 anos de cadeia, e o Pedro, o Chico, todos pegaram 20, 30. Então, eu acho que o Nelson foi lá para saber o quanto desse depoimento era efetivamente verdadeiro e o quanto ele tinha sido forçado. E ele saiu de lá com dúvida, talvez porque eu acho, eu me dei conta disso e fiz isso nessa hora. Eu acho que isso é um registro importante para ser colocado.

Voltei de outra vez, e aí sim tinha um preso, o Gabriel Mendes, que daí ele acabou entregando o camponês, e aí voltei, fiquei um período grande nessa salinha lá em cima, vi as equipes saírem, fiquei um período grande quando mataram a Maria Augusta e o Márcio Beck; eu vi a movimentação deles e ficou comigo na cela do lado uma companheira, Adriano Diogo, que era da Psicologia no nosso tempo. A gente militou junto na USP, ele na Geologia e eu na Física, a gente fez coisa junto. Era a loira da Psicologia. Lilian. Ela foi presa, ela ficou do meu lado em um quarto, era uma cela do lado e eu aqui. Eu abria a tampa da tomada e conversei com ela por ali. Ela estava chegando naquele momento e tal, e a gente conversou um pouco por ali. Mas enfim, eu só estou relatando essas coisas porque eu acho importante a gente demonstrar a lógica que eles operavam no DOI-CODI e durante os nove meses foi assim. E a parte de cima eles usavam como uma reserva para levar pessoas, para que não soubessem que a pessoa estava lá para que isso não fosse informado fora. Quando eu fui depois ser julgado eu entreguei uma carta, mas a carta não era denúncia, era uma carta política defendendo, o Idibal nessa época nos ajudava muito, falando as razoes das prisões. Mas assim, posso até me recordar de mais coisa, mas como ficha técnica...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Artur, fala uma coisa, vocês ficaram nove meses lá na cela. Pelo menos que tem de registro é que vocês ficaram no X2.

**O SR. ARTUR SCAVONE –** O Ivan que se lembra. O Ivan ficou conosco na mesma cela. Foi na greve de fome que você foi levado de volta para lá.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Vem cá, como você ficou os nove meses lá, vocês estavam os quatro na mesma cela.

**O SR. ARTUR SCAVONE –** Depois do período inicial de interrogatório, ficamos os quatro na mesma cela.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Mas tem uma história que conta, história de cadeia que vocês pintaram ou montaram uma paisagem para poder ver o verde, a lua. Como era essa história? Dá para contar?

**O SR. ARTUR SCAVONE –** O que havia, tinha muita coisa ali, nós fazíamos muita coisa para sobreviver àquela situação. E quando nós ficamos esse período lá, eles permitiram que as nossas famílias levassem coisas para a gente. Essa é uma situação diferenciada dos outros. Por isso também a gente ficava isolado em um xadrez ali para não ver e não ter noção do que acontecia. E aí vinham coisas embrulhadas em jornal. Os jornais que vinham, o Edgar Aquino não tinha motivo nem para ficar lá preso, coitado. Não que a nossa prisão tivesse motivo, mas nós participávamos da Resistência. O Edgar passava o dia lendo, devorando aqueles jornais no dia a dia, cada coisa. Havia registros de muita coisa. Dessa história de paisagem eu não me recordo exatamente disso, mas a gente fazia muita coisa, a gente inventava muita coisa. A gente jogava xadrez sem tabuleiro.

O Ronald Rocha esteve lá conosco também, mas ele ficou em uma cela separada. Ele é de Minas Gerais também pelo PCdoB. E eu jogava xadrez com ele, eu em uma cela e ele em outra e a gente jogava memorizando as posições até para tentar equacionar na cabeça como é que a gente defendia as coisas, como é que a gente se preservava. Agora, é muito difícil. Eu não consigo talvez até por um bloqueio psicológico, eu não consigo lembrar todas as coisas de todos os dias desses nove meses. Quando eu saí de lá e fui para o Tiradentes, isso eu me lembro com muita vivacidade, de ouvir choro no Tiradentes. E aquilo para mim era um... Eu queria saber por que eu estava ouvindo choro lá no Tiradentes. Porque choro era tortura, e eu me lembro disso. Como eu ficava angustiado com qualquer grito, berro, para tentar limpar a memória dos nove meses.

Então, também é um processo eu acho, eu nunca pensei nisso, mas eu nunca fiquei revivendo aquilo ali. Enfim, fui fazer militância, participei de um monte de coisas para tocar a vida e lutar contra tudo isso. Então, eu ás vezes converso com outros companheiros e eu não tenho todas as memórias daquele período. Detalhe das coisas. Outro dia eu estava lembrando, o Andre esteve conosco. E eu não lembrava que ele esteve conosco no DOI-CODI, eu não tive esse registro. Então, evidentemente a gente tem o registro das coisas mais fortes, das coisas mais violentas que aconteceram.

Eu queria fazer uma consideração se vocês me permitirem. Eu acho que esse espaço do DOI-CODI precisa de qualquer jeito se tornar um museu, mas a lembrança de todos aqueles que foram assassinados lá dentro. Cada um. Eu acho que nós temos que botar ali não sei de que forma, mas lá onde era as celas, botar uma plaquinha com cada companheiro que foi assassinado para ter a memória deles e homenagem deles lá.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Pessoal, a próxima pessoa que vai falar agora é o Aton, só queria pedir cinco minutos de suspensão dos trabalhos para a gente dar uma... E voltar.

\* \* \*

A REUNIÃO FOI SUSPENSA POR CINCO MINUTOS.

\* \* \*

**O SR. –** Voltando, eu pediria não só o silêncio, mas principalmente que os celulares fossem desligados para a gente não ter interrupção.

Essa sessão é feita pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, vai ser transcrita e vai ser parte integrante do relatório da Comissão Estadual e também do relatório da Comissão Nacional da Verdade, porque pelo termo de cooperação assinado pela Comissão Estadual da Verdade com a Comissão Nacional da Verdade, todo o conteúdo da Comissão Estadual é remetido para lá. Toda a informação obtida pela Comissão Nacional é repassada para a Comissão Estadual para que haja um cruzamento de informações e haja uma informação a população, porque o relatório estadual será amplamente divulgado com toda a transparência e esses depoimentos estão sendo condensados para fazer uma configuração do que foi esse centro de tortura e extermínio de opositores políticos. Ao mesmo tempo eu estava conversando com a Débora e a Marília, que elas são ambas do CONDEPHAAT, elas por uma questão de processo do CONDEPHAAT elas não querem se pronunciar, elas vieram para (ininteligível) e várias outras serão convidadas para uma sessão. Já estão convidadas para uma sessão especial no CONDEPHAAT para com base em uma planta que eu me comprometi a fazer, de como era o prédio do DOI-CODI, o que funcionava em qual parte, vai se fazer uma planta para as pessoas irem no CONDEPHAAT e explicarem onde ficaram presas, onde foram torturadas e onde foram assassinadas, principalmente localizando a sala de tortura. As várias salas de tortura. Então, essa sessão especial do CONDEPHAAT que vai instruir inclusive o processo de tombamento do prédio do DOI-CODI será realizado no começo do ano principalmente para que a gente possa ter um registro e uma ideia do que acontecia lá que norteie a decisão do tombamento. Com base nisso eu obviamente, nessa visita que eu mostrei as fotos que nós fizemos, eu fiz algumas coisas lá. Obvio que foi muito tocante à gente estar lá dentro novamente, mas com base nisso a gente vai fazer um relatório, eu vou fazer um relatório, a Comissão Estadual da Verdade vai fazer um relatório e com base nisso a gente vai passar para o CONDEPHAAT. Em paralelo a isso e antes que se faça um relatório para a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão Estadual da Verdade após a transcrição desses depoimentos que estão sendo feitos, nós vamos enviar ao Governo do Estado para que tenha conhecimento, para que saiba que aquele prédio tem esse caráter, esse conteúdo histórico e a gente possa falar que esse espaço é um espaço de fundamental importância para o povo brasileiro. Então, dito isso nós vamos prosseguir, o Deputado Adriano Diogo precisou sair. Ele foi chamado para sair um pouco e deve voltar daqui a pouco.

Então, o Vereador Gilberto Natalini tem horário, precisa voltar para a Câmara Municipal e ele pediu que fosse antecipada a ordem e ele pudesse fazer. Então, eu vou pedir ao Fon que é o próximo e a Amelinha que fala em seguida, que tivessem compreensão e a gente ouça o Vereador Gilberto Natalini. Por favor, Vereador.

Seria importante para registro inicial que se fizesse a sua identificação em termos de quando o Sr. foi preso, quanto tempo ficou lá, locais e pessoas que o Sr. conheceu lá dentro daquele local de extermínio.

**O SR. GILBERTO NATALINI –** Em primeiro lugar queria agradecer o convite da Comissão Estadual da Verdade, a gente está aqui conversando sobre esses depoimentos, prestando esse depoimento aqui. Cumprimento você, Ivan, é uma coisa impressionante a sua energia junto com o grupo que atua com você. Está ali o Fórum de Presos Políticos, o Martinelli, outros, com vocês e os familiares de presos. Ex-Presos Políticos tem trabalhado para colocar nos seus devidos lugares essas questões importantes do nosso país. É muito importante isso. Nenhum povo pode viver com uma coberta, um cobertor tão sujo de sangue e tão mal esclarecido como é a coisa do regime militar brasileiro. Eu sou médico formado na Escola Paulista em 1975 e fui preso pela primeira vez em 1972 quando eu era estudante de medicina, estava no terceiro ano de medicina, eu tinha 19 anos incompletos e eu fui preso em meados de 1972, se não me engano maio. E fiquei lá até o início do 2º semestre de 72. Devo ter ficado lá quatro meses aproximadamente, talvez um pouquinho menos. Na verdade, no DOI-CODI foram dois meses e pouco e no DOPS, eles chamavam de cumprir pena no DOPS e na verdade não teve nenhum tipo de tortura no DOI-CODI.

Eu fui preso em uma manhã do mês de maio, eu não me lembro exatamente a data, como foi dito aqui a gente vai bloqueando determinadas lembranças porque são lembranças muito difíceis. Eu fui preso na decida da Rua Guiratinga ali no bairro do Bosque da Saúde, indo tomar o ônibus no ponto final da CMTC para ir para a Escola Paulista de Medicina fazer a minha aula. A aula era o dia inteiro, saía muito cedo de casa e voltava tarde. Me encostaram no muro, desceram vários agentes a paisana muito fortemente armado, me puseram na perua e me levaram. Fiquei aproximadamente três dias sendo interrogado pelo Coronel Ustra, ele me interrogou pessoalmente. Na época era o Ustra e o Coronel Tibiriçá, a pedido dele. E uma equipe dele, porque as equipes mudaram de um dia para o outro e eles me interrogaram por que eles tinham preso uma pessoa no Mato Grosso e sob uma tortura extremamente violenta, eles tiraram meu nome. A pessoa foi, estava portadora de um jornal da MOLIPO na mão. E me mostraram a foto, uma coisa bárbara, foi torturado em Mato Grosso. Eles tiraram, a pessoa falou que eu que tinha entregue. Era um estudante, um menino jovem que eu tinha encontrado no Encontro Estudantil. Não tenho o nome agora, mas eu posso pesquisar e mandar posteriormente para vocês aqui.

Aí eles ficaram três dias me apertando sem bater. Tortura psicológica, aquela luz na cara, grito, aquelas coisas que iam matar a minha família, me matar e tal. Eu era muito novo, não tinha conhecimento daquilo. E eu não militava organicamente na MOLIPO. Lá tinha um grupo de estudantes, um deles era o Paulo Horta que é irmão da Cida Horta, que passava os jornais ao Paulo Horta e o Paulo Horta passava os jornais para a gente estudar e divulgar, e a gente fazia uma agitação danada com aquele diabo daquele jornal naquela faculdade. Em tudo que era buraco tinha um jornal da MOLIPO. As últimas páginas, como armar e desarmar uma metralhadora, como fazer a metralhadora render mais, não esquentar o cano, coisas daquele tipo. O jornal treinava também de como usar a questão armada, da MOLIPO.

Aí, eu pegava aqueles jornais e como a gente tinha contato também com outras organizações de uma forma absolutamente idiota, vamos dizer assim do ponto de vista de enfrentamento, eu levava aqueles jornais e arquivava em casa. Eu tinha um quartinho em casa e arquivava em casa. Eu tinha um monte de jornais da MOLIPO em casa, era uma biblioteca. Pena que levaram tudo. Aí o que aconteceu? Eles me apertavam, me apertavam e eu falei, não... Esse jornal era do banheiro da faculdade, tem lá. E o Ustra tomou muito ódio de mim na época porque eu consegui em um primeiro momento, fazer ele de bobo, porque ele era o grande comandante, eu falei com ele que estavam os jornais lá que eu entregava para ele, não tinha nenhum problema. Aí ele assinou a ordem de soltura e mandou uma viatura da OBAN me levar em casa. Chegando lá eu desci direto, morava com a minha avó. Meu avô já velhinho, tinha um tio deficiente de muletas. Morava lá, estudava lá perto e morava com eles. Aí eu fui direto no quartinho, peguei a chave do quartinho, fui lá, abri as portas do armário e os jornais não estavam lá.

Aí eles falaram: Opa! Que história é essa? Cadê os jornais? Aí eu falei, tia, tinha umas coisas aqui de jornais. Aí ela falou: Meu filho, veio aqui ontem ou anteontem, eu não sei, o fulano, beltrano, cicrano e cicrano seus amigos, e falaram que esses jornais aqui eram muito complicados... (meu Deus do céu) e levaram tudo. Levaram todos os jornais, todos os livros do Marx que eu tinha. Eu tinha ganho uma caveira quando eu entrei na faculdade, eu tinha feito vestibular no Rio de Janeiro e o coveiro da cidade de Macaé era um limitante comunista inveterado. Inveterado o coveiro, e ele falou, não tenho nada para te dar. Era do Partidão. Era da mesma cela que o meu tio, José Lina Madeira, um comunista histórico do Estado do Rio de Janeiro, amigo do Prestes. Eu o conheci o Prestes quando eu era mais novo. O fato é que o coveiro me deu uma caveira, eu pus o nome de Gertrudes na minha caveira. O nome daquela boneca do Ministério da Saúde que ensina as mulheres, e tal, Gertrudes, nós batizamos na zona sul em um encontro que teve lá, procuravam um nome para a boneca, e inventaram uma boneca desmontável de papelão aí eu falei, põe o nome da Gertrudes, lembrando da caveira do coisa. E ficou até hoje, o Ministério usa o nome de Gertrudes. Eles levaram até a caveira embora. E levaram para a casa de um tio que morava no Aeroporto. E a minha tia falou, levaram tudo para a casa do tio Vanderlei. Está tudo lá.

Aí pronto, eu já saí de lá apanhando. Apanhou minha avó porque ela se meteu na frente aí deram um tapa nela. Apanhou meu avô, apanhou meu tio deficiente. E eles me levaram na casa desse tio do Aeroporto, foi uma prima junto que eles prenderam dali mesmo, Lucia Cristina, aí eles pegaram ela e levaram tudo aquele saco de coisas, os meus livros, os jornais, e já pegaram a família. Metade da família foi toda presa. Esse tio foi preso, minha prima, enfim. Eu voltei para lá com o alvará de soltura e esperando com as maiores amabilidades possíveis. Aí no dia seguinte me puseram em um carro e foram na Escola Paulista, me levaram junto e me colocaram em um armário lá. Aí levantaram aqueles nomes que minha tia falou dos meus colegas de turma que foram lá me salvar, me proteger, aí pegaram um a um, nós fomos lá, fizeram um levantamento com a Escola Paulista, e eram todos da minha turma, 3º ano e a Escola Paulista, como era Universidade Federal, ela tinha ao lado do diretor um Coronel que era ligado ao SNI, que ficava ali dando toda a acessória a Escola de Medicina e fazendo os monitoramentos devidos e tal. Então, o Coronel Antonio deu toda a acessória, eles foram lá e roubaram todos os nossos armários, e prenderam além de mim, mais 10 da minha turma. Fomos em 11 para o DOI-CODI. Foi uma loucura, prenderam gente que não tinha nada a ver.

Eu não vou encompridar muito até para não cansar.

**O SR. –** Mas é importante para registro. O Senhor fala que o Ustra recebeu com amabilidade. O que aconteceu?

**O SR. GILBERTO NATALINI –** A hora que eu cheguei ele falou, você mentiu para mim. O destino te deixou sair e você mentiu. Agora você voltou e você vai ver quem somos nós. Falou assim para mim e naquele primeiro momento eles não, não teve tortura. Eles me pegaram, claro, toda aquela parte psicológica que vocês sabem que deve ter muito relato, buscar na cela, abraçar. Mas a tortura pesada não foi naquele momento do retorno. Porque eles estavam mais preocupados em buscar os outros. Aí prenderam o Paulo Horta, o Paulo Nascimento, o Zezito, o Mourão, o Dirceu Diniz, tadinho, que era um menino que jogava buraco com a gente na República. E foi solidário buscar os jornais lá em casa e foi preso também.

Aí desses 11 foram torturando. Aí quando nós voltamos com esses presos, eles torturaram todos. Choque, bordoada, pau de arara eu acho que naquele primeiro momento não, mas teve choque, teve tortura, o pessoal ficou apavorado. E aí no final nós mesmos falamos aos torturadores. Combinamos eu, o Paulo Horta e o Nascimento que éramos os três mais envolvidos, porque o Valter Nascimento namorava uma prima do Paulo Horta, eles eram parentes, são até hoje. E aí nós combinamos. Falamos, nós três é que somos os maiores organizadores. Vamos combinar aqui para nós e vamos soltar essa turma. Aí nós chamamos. Aí no cacete tanto eu, como o Paulo quanto o Paulo Nascimento falamos, só eu que tenho o grupo, esse pessoal não tem nada a ver, são amigos e tal. Passaram lá sete dias. No final de sete dias, mas apanharam, não foi só interrogatório, apanharam, tomaram choque.

Tinha o Zé Galinha, que era o José Augusto de Oliveira que tinha uma pessoa da esquerda, da luta armada que tinha um apelido de Zé Galinha. Diziam que ele era perigosíssimo, era um político da ditadura. Aí chegou lá o Zé Galinha nosso e os caras pegaram ele e disseram que ele ia ver o que era bom para tosse. Aí barbarizaram o Zé Galinha. Aí soltaram o Paulo Horta e o Valter Nascimento. Aí encardiu, porque aí eles queriam o nome de quem passava o jornal, e era a Cida Horta. E ela era conhecida, não sei se ainda é hoje porque me parece que nos últimos anos ela se casou com o Luiz Eduardo Greenhalg. Eu sei que ela era a pessoa da ligação, e quem eles queriam mesmo era ela. Nós éramos o peixe menor. Mas para chegar no nome dela eles quase nos mataram. E nós não falamos o nome dela. Eu sei que nós seguramos, seguramos. E aí o pau comeu por quase uns 20 dias, eu não sei, não me lembro por quanto tempo. Mas era tortura todo dia. Todo dia. Ás vezes várias vezes por dia. De manhã, de noite. Bateram muito no Paulo Horta, machucaram muito ele. Eu também apanhei muito, Valter Nascimento também sofreu muito, ele tinha uma asma brônquica. O Valter hoje é médico do Hospital do Servidor do Estado, um grande profissional. Mora na região do Tatuapé. E o Paulo Horta que formou-se em pediatria, nós íamos mudar no final da faculdade para fazer uma assistência médica lá em Itapurana, Goiás, assumimos um hospital rural, no final não deu certo e aí ele resolveu ficar sozinho. Está morando lá e pode inclusive ser encontrado como médico lá.

Os outros todos que eu falei, o Zezito, todos eles eu tenho contato e posso apresentar a vocês, o Mourão é um grande Professor universitário do Rio de Janeiro e todos eles estão aí trabalhando. Nós apanhamos muito. Eu fui pessoalmente muito torturado pelo Ustra. Eu falei isso lá na Comissão da Verdade da Câmara Municipal, você foi lá, a Amelinha estava lá também, o Pivetta, nós falamos isso lá e eu fiz um requerimento lá para a Comissão Nacional da Verdade convocar o Ustra para ele falar, para ele acarear cara a cara. E ele fez uma carta no blog dele, me chamando de mentiroso que eu estava retratando ele e tal, mas ele me torturou pessoalmente. Não mandou torturar todos os dias e durante pelo menos umas três vezes esse homem pessoalmente me submeteu a tortura. Eu lembro de uma noite que ele me colocou sem roupa em cima de duas latas de Neston descalço e aí ele mesmo bateu com pedaço de sarrafo, uma vara que tinha lá. Se não me engano com cipó de morungaba que é aquele que não enverga. Eu faço questão de afirmar isso em todos os lugares porque eu quero ver ele olhar na minha cara e dizer que não bateu. Ele pode até fazer isso, mas eu quero ver quem vai abaixar o olho primeiro. É importante. Isso é real. Eu não sei quantos ele bateu pessoalmente, quantos ele mandou torturar, mas é importante que todos que apanharam dele falem, porque prender esse homem hoje no Brasil é uma coisa muito simbólica, muito importante. Muito!

Eu acho que tudo que você falou, sobre colocar a placa, é muito válido. Eu fiquei no X3 com alguns da MOLIPO. Tinha um Pedro, você conheceu? Pedro Rocha. Nunca mais eu vi o Pedro Rocha. Tinha o Vieira, Chico Vieira que eu vi pendurado de cabeça para baixo, ficou pendurado pelo pé, ficou meio ‘zorobi’ por um tempo, depois eu não sei como evoluiu, não vi mais. E com o Pedro Vieira pendurado, eles passavam e empurravam balançando. O Chico Vieira, que era um compridão, um cara claro, branco meio loiro, esse eu vi. Outro que eu vi um rebuliço lá de terem matado, Benetazo, eu estava lá, eu vi ele entrar, eu vi ele subir, vi ele gritar a noite toda e vi ele sair de lá morto. Isso nós vimos e ouvimos.

**O SR. –** Essa sua afirmação é fundamental, a gente nunca teve um depoimento que afirmasse que ele estava preso lá.

**O SR. GILBERTO NATALINI –** Ele ficou preso lá porque eu ouvi os carcereiros falando, a gente ouviu nome, e a gente precisa aprofundar na memória porque na verdade é muita confusão na cabeça, e sob tortura também, esse nome eu nunca mais esqueci. E depois houve uma manifestação na imprensa também que ele foi morto sob confronto. Mas isso eu vi lá, e foi torturado lá, e se ele não saiu morto, ele saiu muito mal dali.

**O SR. –** Só para registro, o Antonio Benetazo teria entrado em confronto, fugiu e foi atropelado lá dentro por um carro.

**O SR. GILBERTO NATALINI –** A gente lembra disso, e se a gente procurar os outros que estavam ali, eu acho que mais gente vai falar o que eu estou falando. Mas a tortura do atual Coronel Ustra é uma realidade. Eu já falei isso, falo onde eu posso, falo em tribuna, porque isso é muito emblemático. Ele comandou aquilo ali com mão de ferro, ele que mandava em tudo. Ele era o grande executor dessas coisas todas. E em mim ele fez pessoalmente. Aí o Paulo Horta também apanhou muito. A ex-mulher do Paulo Horta também apanhou muito. Ele já separou dela e torturaram muito ela. Aí o que aconteceu, nós achamos que íamos morrer, porque isso não tinha fim, nós fizemos um pacto de não falar o nome da pessoa e a gente achava que eles queriam o nome. Aí chegou um guarda lá, um guardinha da Polícia Militar que tomava conta da muralha. O nome do guarda era Joaquim, eu não sei se ele está vivo ainda. O guarda chegou, chamou o Paulo Horta, eu estava meio de canto e escutei. O seu pai mandou te avisar que você pode falar que sua mãe saiu do brasil. o pai dele é um advogado de Guaratinguetá, Sr. Horta, já falecido. E aí você pode falar.

Aí ele disse umas duas ou três coisas que o Paulo Horta caracterizou como coisa do pai dele mesmo. E aí nós ficamos ali quase um dia discutindo se ele falava ou não, mas pelas circunstancias do que o guarda falou, o Paulo Horta decidiu que aquilo era real mesmo porque tinha umas coisas ali do pai dele que o guarda falou, que só podia ter sido o pai dele mesmo dito. Aí o Paulo Horta falou, então amanha mesmo eu vou falar. Aí ele falou, quem faz o jornal é minha irmã. Aí foi um rebuliço naquele DOI-CODI. Eu acho que eles já conheciam ela, eles saíram a caça dela. Foi aquele barulho naquele pátio e tal. Saíram e depois de um tempo voltaram mais bravos ainda porque ela realmente tinha ido para o Chile. Tinha ido para o Chile e depois foi para a China, aí nós apanhamos mais uns 15 dias pela vingança de ter permitido a moça sair do brasil. aí também foi tortura de vingança.

Tinha um magrinho que eu não lembro o nome. Um bem magrinho que tinha um gogo grande assim, ele me bateu muito de vingança. No começo ele era o bonzinho. Eles me batiam, batiam, aí ele vinha com o copo d’água, sentava, alisava. Depois, da hora da vingança ele passou a ser o batedor, bateu muito. Aquele outro, Ubirajara, Capitão Ubirajara...

**O SR. –** Delegado Aparecido Laércio Calandra.

**O SR. GILBERTO NATALINI –** Não, o magrinho é outro. O magrinho não me lembro se era Gabriel. Esse Ubirajara bateu. Um que era do CENIMAR, um gordo branco. Não era do CENIMAR, era da Marinha. Então, eu estou dizendo para vocês, se a gente sentar, eu, o Valter e o Paulo Horta nós podemos lembrar em conjunto de vários que eu sozinho não consigo lembrar. Se for necessário, eu faço um contato de vocês com o Valter nascimento e o Paulo Horta que está em Itapuranga, teria que procurá-lo na cidade de Itapuranga para ver se ele tem alguma coisa a acrescentar. Depois de 15 dias nós fomos para o DOPS, ficamos na cela seis do DOPS em 11 ou 12 presos, daí um mês, um mês e pouco eles nos soltaram. Aí fui chamado na auditoria militar e nós três fomos absolvidos. Eu acho que o Juiz era o mesmo que foi falado aqui, Nelson. O Piveta, o Idibal foi meu advogado porque a gente correu lá, e quem fez a defesa oral do meu processo foi o Airton Soares, você estava viajando e o Airton que era seu colega, estagiário, ele tinha até um pouco de cabelo na época, faz muito tempo. Ele fez a minha defesa e a gente foi absolvido por unanimidade. Depois daquela prisão eu fui preso mais 16 vezes. Aí não mais com, fui preso em choques de movimento de estudante, movimento popular, movimento de greve, porta de fábrica. A última prisão minha foi no Governo Sarney, que eu fui preso pelo Governo Federal. Quando começou aqueles saques de supermercados e tal, eu fiz uma declaração, eu era do PCdoB e eu fiz uma declaração e eles me prenderam durante umas cinco ou seis horas no Governo Sarney, foi a última vez que eu fui preso. Eu entrei com processo, pedido de indenização do Governo do Estado por porque eu tive surdez parcial, mas bastante severa do ouvido esquerdo, e do direito o Governo do Estado, aliás, fomos no Governador na época para pedir. Você foi junto, vários foram juntos, fomos com o Buono, você lembra? Estava muito enrolado o processo e eu acabei recebendo 36 mil reais em duas vezes do Governo do Estado. E do Governo Federal entrei com pedido de indenização também pela surdez, ainda não recebi resposta do meu projeto.

Então, essa é a história que eu queria contar. Verdadeira. Não sei se você quer mais algum detalhe. Realmente eu tenho dificuldade de lembrar todos os nomes. Fiquei naquela cela que a gente falou, de lá de cima, realmente a gente tem dificuldade de lembrar de tudo. Lá estava o Engenheiro que construiu CRUSP, um Sr. engenheiro português, cujo filho ela da LN sendo bastante torturado, e ele, um engenheiro português lá em cima que eu fiquei uns dois ou três dias com eles, antes de eles me levarem para a cela seis da carceragem.

Eu acho muito importante o Brasil julgar o Ustra, ele está sendo condenado pelo processo dos seus filhos, é isso?

A família toda, você, o Teles e as crianças, mas tem muito mais gente que pode agregar para que ele seja exemplarmente punido para que todos os torturadores vejam na imagem dele o processo político horroroso que foi esse regime militar brasileiro. Muitos de nós fomos vítimas. Muito obrigado.

Antes de você me dispensar eu quero doar para a Comissão Nacional da Verdade o livro que nós escrevemos do nosso voluntariado do Cangaíba que conta bastante dessa história, está bem detalhada aqui no livro e pode ficar aqui com vocês da Comissão da Verdade. Médicos do Cangaíba. É isso.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Muito obrigado Vereador Gilberto Natalini. Eu estou aqui obviamente para explicar porque eu estou aqui e não um Deputado, porque eu sou coordenador executivo da Comissão da Verdade e na ausência do Deputado Adriano Diogo eu tomei às vezes para continuar a sessão. Mas todo o trabalho que está sendo feito aqui hoje vai ser transformado em papel, vai ser transcrito e vai ser encaminhado não só para o CONDEPHAAT, mas também ao Governador para a gente poder relatar, os nomes são recorrentes aqui. Então, você tem o nome do Carlos Alberto Brilhante Ustra, o nome recorrente do Marechal Ramiro, Pedro Ramiro, Pedro Mira Gracieli, todas essas pessoas tem nome, tem sobrenome e a gente vai ter como fazer a identificação. Tudo isso vai ser transformado em um grande relatório para que a gente possa encaminhar para a Comissão Nacional da Verdade com recomendações importantes.

**O SR. GILBERTO NATALINI –** Ivan, você sabe que eu estou lá na Câmara Municipal sou Vice-Presidente da Comissão Municipal da Verdade. O Presidente é o Vereador Ítalo Cardoso. Eu queria aqui então inclusive para constar nos autos desse depoimento colocar o que a gente tem de recursos para somar com a Comissão Estadual e com a Comissão Nacional, pode dispor da gente e até o final do ano eu estou combinando de a gente pedir prorrogação da Comissão até o ano que vem, a título de colaboração. Não é para a gente competir em nada, é para a gente colaborar.

**O SR. –** Estão interligados. A Comissão Estadual tem um termo de colaboração com a Comissão Nacional. Muitíssimo obrigado. Vamos passar para o outro depoimento.

O próximo depoimento será, o Deputado já está aí?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Fon, vem para a mesa. Aton Fon Filho. O Pomar vai entregar um documento para a Comissão, ele está doando um documento para a Comissão, Massacre da Lapa, com a palavra o Pomar.

**O SR. POMAR –** Boa tarde a todas e todos. Esse livro conta a história do episódio que aconteceu em dezembro de 1976 que foi o assassinato de três dirigentes do Partido Comunista do Brasil, um deles meu avô Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Franco Drummond. E a prisão e tortura de vários outros militantes. Entre eles Wladimir Pomar, Aldo Arantes, Aroldo Lima, Elza Monnerat, Joaquim Celso de Lima e esses militantes foram torturados no DOI-CODI de São Paulo, no DOI-CODI do Rio de Janeiro. João Batista Franco Drummond foi morto em uma sessão de torturas enquanto ele tentava se desvencilhar dos torturadores e caiu na torre de rádio. Morreu na torre de rádio do 1º Exército da Rua Tutóia. Então, o livro descreve em detalhes essas torturas sofridas. Eu acho que essa talvez seja uma contribuição importante. É isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Omar, só te peço um minuto. O Pomar está entregando para a Comissão Estadual da Verdade para entrar no relatório como sugestão da Comissão Nacional o livro ‘Massacre da Lapa, como o Exército liquidou a central do PCdoB’. São Paulo 1976, Pedro Estevam Pomar, editora Fundação Perseu Abramo.

Só mais um que o Marcelo Rubens Paiva produziu essa semana, embora não tenha sido do DOI-CODI de São Paulo, do DOI-CODI do Rio de Janeiro, mas ele fez uma síntese muito interessante que eu queria que o Fon, o Ivan e o Politi pudessem assistir, e o Politi vai falar uma questão enquanto desce a tela. A Marília que vai falar? A Débora? Vamos assistir o filme e depois a gente fala. É um minuto.

**A SRA. MARÍLIA BARBOUR –** Parabenizar o encontro de todos. A gente é do CONDEPHAAT que apoia o órgão técnico, da área técnica e nós que estamos no momento instruindo o processo de tombamento do DOI-CODI, a Débora é a historiadora responsável, eu coordeno a área técnica e sou Vice-Presidente do Conselho e nesse momento para nós é muito importante que toda essa memória possa ser traduzida no processo de tombamento. Então, o desenho que vai ser feito de arquitetura do prédio e a localização dos espaços, seria muito importante que a gente pudesse contribuir com o desenho para que a gente pudesse formar o histórico processual. Então, a gente está em licitação, vamos ver se para o começo do ano que vem a gente pode marcar, a gente pode ouvir a informação e todos ajudarem a gente na formação desse processo que vai virar um documento histórico. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Na realidade então eles estão pedindo uma ampla mobilização da sociedade e tentar fazer uma audiência lá para ver se finalmente a gente consegue acabar com essa novela. A partir da descoberta dos documentos lá em Porto Alegre daquele Coronel que foi assassinado no Rio Grande do Sul, o Marcelo Rubens Paiva escreveu esse texto que é um minuto que eu vou ler, que tem muito a ver com que a gente está discutindo hoje, embora isso esteja ocorrendo no Rio de Janeiro. O que diz Marcelo? Querem mesmo apurar?

‘Nessas horas, uma vez mais aprendi com a minha mãe, é preciso separar as emoções e pensar objetivamente. E, como faz um democrata, confiar nas instituições.

No Rio Grande do Sul, foram encontradas cópias de dois documentos que finalmente comprovam que meu pai, Rubens Paiva, esteve detido numa unidade do DOI-CODI no Rio de Janeiro em 1971, durante a ditadura militar. Comprovou-se o que sempre soubemos. O documento é incrível, e parece ter saído de um filme policial. Vê-se a cena: o preso deixa seus pertences sobre uma mesa, um carcereiro enumera, anota e guardando numa caixa. Pertences que em tese seriam devolvidos quando o prisioneiro fosse solto’.

Então, esse é o auto de recebimento. Ministério do Exército, está lá, data, 20 de 71, equipe CISAER, Aeronáutica. Documentos pessoais: um cartão de identificação do contribuinte, dois cartões de Piloto Privado, um cartão Diners Club, uma CNH, uma carteira profissional do CREA. Pertences pessoais: um porta notas de couro preto, quatro cadernos de anotações, um chaveiro com cinco chaves, uma fita de gravador, um lenço branco, uma gravata, um cinto de c couro preto, um paletó, 14 livros de diversos autores, materiais diversos, não há. Publicações, não há. Armamentos e munições, não há. Uma caneta esferográfica de metal branco, uma caneta esferográfica branca e cinza, um relógio de metal branco marca Movado, uma peça de metal amarela. Dinheiro, 260 cruzeiros. 21 de janeiro de 71. Oficial da administração do DOI.

Sim, meu pai entrou. Quando saiu? E como? Minha mãe esteve presa também por 13 dias no mesmo prédio, viu fotos dele no álbum de presos assim que chegou, um dia depois dele. Meu pai foi preso dirigindo o próprio carro. Minha tia Renée Paiva, sua irmã, retirou este carro do pátio do 2º Exército um mês depois e recebeu o recibo assinado e timbrado da devolução. Tal documento foi à única prova de que ele estivera preso, apesar das negativas do Exército. Que, aliás, negou que minha mãe também estivera presa. Para a própria, que voltou lá e foi barrada, tentando ver o marido.

Se encontrou agora, 41 anos depois, casualmente, a ficha de entrada de Rubens Paiva pela Polícia Civil gaúcha nos arquivos de um militar reformado morto em Porto Alegre. Os documentos foram entregues ontem pelo Governo do Rio Grande do Sul à Comissão da Verdade, que promete investigar. No início do mês, o Coronel Júlio Miguel Molinas Dias trocou tiros com três elementos em Porto Alegre e morreu. Era fora chefe do DOI-RJ no começo dos anos 80. Viúvo, deixara uma pasta que foi encontrada pela polícia. Há também papéis sobre o atentado do RioCentro, em 1981. Dois dias depois o Exército cercou a área e recolheu o que encontrou na casa do Coronel Molinas.

Toda a operação leva a muitas perguntas. O que esses documentos faziam com ele? Com quem trocou tiros? Trata-se de um crime comum ou queima de arquivo? O que o Exército foi fazer lá dois dias depois? Para a Comissão da Verdade, além da preciosidade, também sobraram pistas e a possibilidade de convocarem O Capitão “Santabaia” – além da cópia da ficha encontrada pela polícia gaúcha, há um manuscrito informando que os pertences do carro do meu pai foram retirados por um oficial identificado como “Capitão Santabaia”. O General de Reserva José Antônio Nogueira Belham, um dos ex-chefes da unidade do DOI-CODI – seu nome está anotado no documento, como quem teria ficado com as cadernetas de endereço do meu pai.

No Rio, um protesto do grupo Escracho em maio deste ano aconteceu em frente ao prédio nº 218 da Rua Marquês de Abrantes, no Flamengo, onde mora o General. Na verdade, muitos sabem quem trabalhava no DOI-CODI em janeiro de 1971. Se quiserem apurar mesmo, é fácil. São Oficiais hoje reformados, que ganham pensão e podem ser encontrados numa busca nos arquivos do governo. Se a Comissão da Verdade quiser mais detalhes, leia ‘Segredo de Estado’, Editora Objetiva, lançado recentemente, livro do biógrafo Jason Tercio. Lá está o nome de alguns Oficiais que davam plantão nos dias 21 e 22 de janeiro de 1971 no DOI-CODI do Rio de Janeiro e podem ter muito a dizer sobre o que aconteceu com o preso Rubens Paiva. Ex-Coronel Ronald José da Motta Batista Leão, Capitão de Cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, Subtenente Ariedisse Barbosa Torres, 2º Sargento Eduardo Ribeiro Nunes, Major Riscala Corbage, da PM do Rio de Janeiro. Foram já interrogados pelo Ex-Procurador Geral da Justiça Militar, Leite Chaves, no começo da redemocratização, e alguns confirmaram num Inquérito Policial Militar de 1986 que estavam de serviço quando meu pai foi interrogado [21 de janeiro]. Provavelmente morreu sob tortura neste dia ou no posterior.

Se algum deles estiver vivo, parte da história facilmente vem à tona; se convocados pela Comissão. Basta vontade. Que em 40 anos não se conseguiu agrupar. Então, como essa Comissão tem o nome de Rubens Paiva, eu fiz questão de ler esse documento que o filho dele publicou antes da fala do Fon para dizer que o tombamento do prédio dessa organização, embora isso tenha acontecido no DOI-CODI do Rio de Janeiro, o tombamento dessa organização criminosa, clandestina, pode e deve ser tombada. Muito obrigado.

Com a palavra o companheiro da Resistência com a dignidade e a força, Aton Fon Filho.

**O SR. ATON FON FILHO –** Boa tarde companheiros e companheiras. Boa tarde Deputado. Eu não tenho memória que não foi passadas pelos companheiros, então, pode ser que eu fale aqui e seja omitido nisso.

Na verdade, eu tenho uma dificuldade, um certo bloqueio de falar sobre aquele período. Já por duas vezes eu tive que me enfrentar com essa tarefa e não consegui. Uma delas, por exemplo, foi quando se fazia aquele livro sobre o Presídio Tiradentes, que eu por vários meses a convite do Ponce, antes do Alípio e tal, me envolvi com a tarefa e acabei não conseguindo resolver. A segunda quando fazia a pericia do caso da Iara Iavelberg. E tive uma dificuldade muito grande, foi entre lágrimas que eu escrevi aquilo, de tal choque emocional muito grande para mim. Então, eu tenho certa dificuldade em falar nisso. Eu vou fazer hoje uma terceira tentativa na minha vida de ficar revisitando aquele momento, mas não é uma coisa fácil de fazer. Eu fui preso no Rio de Janeiro, eu fui militante aqui em São Paulo da LN, do GTA, do grupo tático armado da LN, algum tempo antes tinha ido no Rio de Janeiro e tal para cumprir a tarefa, estava no Rio de Janeiro em setembro retornando para São Paulo dentro do ônibus lendo o jornal, eu tenho a notícia de que tinha sido preso os meus familiares. No dia anterior na minha casa na Avenida Duque de Caxias quase com a Avenida São João, os organismos de repressão tinham estado lá e tinham prendido toda a minha família. Eu me lembro de uma charge que acabou sendo impressa no Pasquim, a notícia de última hora e o Pasquim publica uma charge da família terrorista sendo presa em São Paulo então, pai, mãe e filhinho, todos carequinhas, barbichinhas de Lênin e etc. por isso eu me lembro bem da manchete de São Paulo.

Por esse motivo eu não vim a São Paulo, fiquei lá no Rio de Janeiro, em novembro mais uma vez eu tive uma notícia ruim, foi a notícia da morte do comandante Carlos Marighela assassinado na Alameda Casa Branca, e 15 dias depois eu fui preso em um processo de quedas que começou no Rio de Janeiro, a companheira que foi reconhecida na rua, ela era estudante da Faculdade de Direito, ele também foi estudante da Faculdade de Direito, Delegado de polícia a reconheceu na rua e a prendeu. Maria Aparecida Costa, companheira que foi presa junto com o outro companheiro do Rio de Janeiro que eu me lembro só o nome de guerra, companheiro Valentin, e o Delegado de polícia Otávio Moreira Junior, e um ano depois ele acabou sendo justiçado exatamente porque se tinha notícia da participação dele no DOI-CODI e exatamente a partir também do fato de que ele prendeu essa companheira naquele lugar, parece que o pessoal fez pesquisa. Afinal de contas, o que ele estava fazendo naquele lugar? Parece que ele tinha parentes naquela região e estava passando férias então nas férias seguintes não esperaram por ele.

Bom, 19 de dezembro de 1969 eu fui preso. Eu morava com essa companheira, Maria Aparecida Costa, e por conta da prisão dela eu entrei em um ciclo de abandonar aparelho, conseguir ir morar em outro lugar durante algum tempo e novamente ter que sair, e em uma situação bastante difícil lá no Rio de Janeiro nesse momento eu acabei indo morar em uma casa que era uma casa de entrada do pessoal que fazia treinamento fora e tal. Então, era uma casa onde havia passado aqueles que tinham feito treinamento em Cuba. Uma das pessoas que haviam feito treinamento em Cuba, Hans Rodolf Lans, estava preso aqui em São Paulo já há algum tempo e leva o pessoal da OBAN, naquele tempo ainda não chamava DOI-CODI, ao Rio de Janeiro e eu saio para ter um contato com companheiros. Na volta para a casa, eu sou preso chegando em casa. Eu costumo dizer para o pessoal porque eu acho importante a gente dizer isso, que na verdade a minha prisão contou também com uma certa colaboração minha. Porque afinal de contas nós tínhamos algumas regras. Se tivesse alguma coisa diferente nós tínhamos que sair e passar daquele lugar. Mas eu costumo dizer que ideologicamente derrotado, porque chegando na casa eu vi um indivíduo estranho e na minha cabeça raciocinei para mim mesmo que devia ser um dos visitantes da dona da casa, que recebia muitos visitantes e tal. É verdade que ela recebia muitos visitantes, mas eu não estava autorizado a fazer isso, porque eu tinha que ir embora.

Então, eu costumo dizer que naquela situação de pressão que a gente vivia, a pressão da própria necessidade de ter que mudar muito de aparelhos, eu de certa forma estava derrotado porque não segui as regras, entrei e aí fui preso. Então, eu fui preso lá no Rio, comecei a ser torturado, tal, espancado lá mesmo na casa. Mais tarde, bom, também o único ponto que eu tinha era um ponto às três horas da tarde, justamente com os companheiros para quem tinha levado as armas, Domingos Fernandes, então, eu só preciso esperar que passe o tempo tal das três horas da tarde. Porque naquele tempo eu não tinha sequer recontato. E como eu não fui às três horas da tarde, o Domingos Fernandes foi me procurar em casa e acabou sendo preso também chegando em casa. De lá da casa eu fui levado à noite para a PE da Vila Militar, na PE da Vila Militar eu fui espancado. Não foi aquela tortura, você vai para a sala tal de tortura, choque não sei das quantas, mas ficava em uma sala que na verdade era mais como se fosse uma sala de comando. Sala inclusive acarpetada, com aquelas mesas de tampo de vidro. Não tenho certeza se era uma sala de comandante dali, mas uma sala de comando, de Oficial de dia, coisas assim. E enquanto eu estava ali de pé que vinham tais militares e batiam. E logo em seguida eles trazem outros presos que eu só conheci naquele momento. Foi o Antonio José Espinosa da Val Palmares.

E nós viemos depois então de madrugada, não foi de madrugada não. Porque eu me lembro de chegar em São Paulo a tarde do dia seguinte. É uma das coisas de memória que eu tenho. Não me parece que eu tenha ficado nessa sala tanto tempo assim. Eu me lembro que nos fomos trazidos de carro para São Paulo em uma perua C14, e chegamos aqui em São Paulo à tarde, fomos levados ao prédio da OBAN. Eu me lembro de ter lido no Rio de Janeiro em notícias de jornais, cerimônia que o Abreu Sodré tinha participado de cerimônias, convênios para a celebração para a criação da OBAN , uma articulação e etc. mas também não tinha o registro do que fosse a OBAN a partir disso. Era só esse momento, descendo da c14 que eu me lembro que o Capitão Mauricio Lopes Lima, era comandante dessa equipe que foi ao Rio de Janeiro, ‘agora você vai conhecer a OBAN’.

Chego, eles me levam para uma sala lá em cima. Corredor, uma sala à direita, cavalete, pau de arara, e tinha cadeira do dragão ali também. Essa eu tenho certeza de que era a última sala do corredor. É mais um motivo para que seja tombado aquilo.

Eu fiquei nessa sala. Aí foi a tortura regular mesmo, porque lá no Rio de Janeiro quando me prenderam e eles começaram a me torturar dentro de uma banheira, que abriram um pouco a torneira para molhar um pouco a mim e além de estar os dois naquela banheira com a torneira aberta, o que ensaiaram ali foi dar choques elétricos com fio dali de cima, mas acabaram desistindo. Então, virou mais espancamento. Então, a tortura regular e tal, tanto do pau de arara, do espancamento como do choque elétrico começou desse momento. Eu fui preso em um momento em que os companheiros que militavam comigo aqui em São Paulo já tinham na verdade completado a passagem por ali. Já tinham ido para o DOPS e praticamente todos já tinham feito a passagem lá pelo DOPS e já tinham ido para o presídio Tiradentes. Alguns poucos já estavam fazendo.

Eu chego aí para lembrar, as vésperas do natal. Então, estava em uma situação muito mais tranquila. Na verdade eles começam a fazer uma tortura e pelo que outros companheiros estavam falando aqui e agora, Scavone e tal, me parecia mais coisa assim, coisas antigas, vamos ver o que os outros disseram de você e tal. Porque eles tinham muitas coisas assim. Coisas que tinham participado e nomes de guerra. Eu me lembro de um companheiro que eles me espancaram muito porque não tinham conseguido identificar ainda, que era o Tim, que era um companheiro do GTA que eles não tinham identificado e eles ficavam o tempo todo, Tim e tal. E o Tim foi uma pessoa que no final das contas eles nunca conseguiram parece identificar, porque nenhum dos companheiros teve informação, deu informações para ele a respeito desse companheiro. Então, ele insistia muito com relação ao Tim. Os períodos dos dias eu seria incapaz de dizer. Tal dia foi assim, tal dia outro foi assim.

Eu vim várias vezes, eu fui tirado várias vezes de lá de baixo. Eu me lembro que o xadrez onde estavam colocado, estavam falando aí de X1, X2, X3, X não sei das quantas. Eu imagino pelo que eu estava vendo agora, que eu fiquei no X2. Só para se ter uma ideia, nós entravamos no local que tinha celas e tinha uma parede que separava celas do lado de lá e celas do lado de cá. Eu não sei então se essa daqui era a X1 ou X2.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Se olhasse de frente, do lado esquerdo de quem olha de frente, a X1 era a cela das mulheres, aquela cela grande, a X2 a do meio, e do outro lado do muro perto de onde era a entrada da sala que hoje era a sala de tortura, no rumo da escadinha era a cela forte e depois mais três celas. Onde você ficou do meio e mais duas, a quatro e a cinco.

**O SR. ATON FON FILHO –** Eu me lembro que eu fiquei em uma cela onde ficava o Cabo Mariani, que me parece que ficou em uma cela forte, em uma cela isolada pelo menos. Eu não me lembro se eu fiquei em uma cela forte ou em uma cela isolada. Um xadrez que ficava ao lado daquela onde ficou o Mariani. E tinha um outro xadrez do outro lado. Então, o Mariani ficava nesse primeiro, tinha esse segundo e esse terceiro. Eu não sei se aí é um, dois, três, quatro, cinco, seis. Mas era essa a coisa. E tinha a parede aqui e a entrada estava deste lado. Mas é como eu estava dizendo. Como eu fiquei aí nesse período, me parece que era um período mais de rescaldo. Agora, esse período de rescaldo acabou ficando mais agitado por conta de prisões do pessoal da Var Palmares. O Mariani foi preso, um baixinho da Var Palmares foi preso depois de ter mantido tiroteio com o pessoal do DOI-CODI durante muito tempo, muitas horas, ficou lá na cela onde eu estava também. Então, essa prisão do pessoal da Var Palmares fez com que eles não tinham muito o que fazer e eles ficavam me chamando e batendo naquela coisa de conferir os depoimentos anteriores. Quando o pessoal da palmares acabou sendo preso, acabou de certa forma fazendo com que isso fosse deixado mais de lado. Eu me lembro que nesse negócio, o Mariani que estava na cela na minha frente, era uma pessoa que foi extremamente barbarizado. Era daquelas pessoas que a gente realmente temiam cada vez que o tiravam, e tinha também uma coisa, eu vou falar por mim, tinha muito medo.

Eu acho que é bom a gente falar a palavra medo. A gente tinha medo de ser tirado da cela, a gente tinha medo de ser torturado, tinha medo de quando estava sendo torturado, não tinha ideia de se a tortura aí era uma tortura somente tal para fazer perguntas, tal, ou se realmente àquelas ameaças tinha conteúdo de verdade. Então, essa questão do medo é muito importante. E depois disso aí a gente começa a ter aquela ideia de que cantar talvez fosse uma forma de ajudar a vencer o medo. Mas aí eu me lembro de uma vez, por exemplo, em que o Mariani fala nisso. Ele voltando, ele entra e tal. Ele pede água e o carcereiro Marechal mais velho diz que não ia trazer água porque quando tomava choque não podia tomar água. E o Mariani grita de lá, não adianta cantar se a gente continua falando.

Então, era um negócio de que cantar só não vencia o medo. Para se ter uma ideia, aquele era um local de medo, um local em que a gente buscava formas de se enfrentar o medo, mas nem sempre as formas que a gente buscava para enfrentar o medo eram formas que acabavam funcionando. Depois do começo de janeiro tem uma certa diminuição do movimento. A maior parte do pessoal da Var Palmares que estava lá começa também a sair e ser levado para o DOPS e começa novamente a ficar menos movimento na OBAN. E aí eles começam a chamar novamente lá para cima. E quando eles começam a chamar lá para cima já é de outra forma. É senta-te, põe um papel para você escrever. Escrever o que? Escreve. O que você fez, tal, não sei das quantas.

Essa era uma situação muito mais complicada, porque nesse escrever você ficava amarrado. Eu não escrever nada é uma atitude... Eu vou para o enfrentamento e não vou escrever nada. E confesso para vocês, eu não tive coragem de ir para esse enfrentamento. E por outro lado, o que eu vou escrever eu também não posso escrever. Porque era muito mais difícil nesse momento quando estavam te perguntando. Quando estavam te perguntando, você podia negar essa resposta ou pela própria pergunta você podia ter uma ideia do que é que estavam querendo saber, mas nisso, o tal do ‘vai escrever aí’ joga uma certa responsabilidade porque qualquer coisa que você possa vir a escrever vai ser comparado ou com coisas que outros tenham escrito, ou com coisas que outros tenham conversado, e aí então você vai...

Eu me lembro que durante muito tempo eu queria fazer o histórico das convergências entre a LN, o Partido Comunista e o PCB. Também divergências que a gente teve lá em Cuba, porque como tinha sido o Hans que tinha aberto, eu vi ele lá presente, então, começaram a contar coisas de Cuba que sabiam que o Hans estava lá. A gente sabia inclusive coisas da saída dele. A gente fica procurando encontrar coisas assim sabendo. Isso daqui eles sabem, e escreveu coisa no rumo do que ele sabe novamente. Então, você está enrolando a gente com isso aqui. Então, houve sessão de espancamento e tal, que tinha um outro caráter. Já não era um caráter de saber, era um caráter de castigar porque você estava enrolando. Então, foi um período de apanhar como castigo, e depois no começo da 2ª quinzena de janeiro eu fui levado para o DOPS. Algumas coisas porque eu também não sei, as pessoas falam, por exemplo, do Ustra. Nesse meu período não era o Ustra que estava lá. Era o Major Valdir Coelho. Com relação também as pessoas que estavam lá. Era um período em que logo no começo também já tinha o negócio dessas três equipes, a equipe que a gente mais temia era aquela que a gente sentia como, que fazia questão de mostrar o prazer em torturar, em fazer sofrer.

Era aquela do Albernaz, do Tomás, e tinha um terceiro, esqueci o nome agora. Homero era uma outra equipe. Gaeta me parece que estava no mesmo dia que o Homero, era da mesma equipe do Homero. Agora, tinha também algumas pessoas e isso aí era importante, Capitão Ramiro me parece que ele não torturava porque ele era de equipe de busca. E era de equipe de busca mesmo. E ele e a equipe dele que me prendeu lá no Rio de Janeiro. Mas tinha muita gente de equipe de busca que participava de tortura. Tinha um tal de Paulo Bordini, chamado também de ‘risadinha’, que tinha uma risada histérica. Ele se destacava bastante também. Um outro cara bastante importante de falar era um outro que passava que não tinha nada a ver com aquilo ali. Ele se apresentava como uma espécie de capelão, que é o Capitão Roberto Fontusca. Esse Capitão também tinha isso aí. Mas várias vezes, por exemplo, a gente via ele falando para os outros presos. Tem que falar senão nós vamos te quebrar de pau.

Então, não é que ‘eu não tenho nada a ver com isso’, apesar de ficar claro para a gente que apesar de parecer que tivessem alguns que tivessem resistência a isso, que fossem contra, era importante para o próprio trabalho dele. Então, a gente também, é aquela história que logo passa para todo mundo até como uma piada, da equipe A e equipe B. você vem, dá um cacete e a outra equipe passa unguento. Então, é isso aí. Na OBAN eu nunca estive nessa cela que vocês falam que tinha lá em cima. A minha recordação é daquele pátio onde ficavam carros, eu me lembro de chegar do carro em frente aquele prédio. Depois eu estive lá, teve um ato lá atrás na OBAN. Depois pegaram a menina e queriam iniciá-la em inquérito, e eu fui advogado dele nesse caso. Mas então, vi aquele prédio lá do fundo que a gente subia a escada, se não me engano a escada ia, voltava, e quando voltava que eu...

**O SR. –** (inaudível – fora do microfone).

**O SR. ATON FON FILHO –** Não estava. Eu cheguei depois. Eu me lembro de que tinha uma salinha pequena que não tinha nem cadeira de dragão, não tinha nada disso. Tinha só uma mesinha. Parece que era uma salinha menor que só tinha uma mesinha e uma cadeira que era nessa salinha e nessa cadeira que colocavam quando tinha o negocio de ir escrevendo. E você ouvia gritos das pessoas que eram torturadas do lado. Então, na verdade o vai escrevendo aí era o seguinte, escreve aqui, não tem ninguém, está tranquilo, mas você está ouvindo aí. Tinha essa coisa permanentemente.

Coisas assim, estavam contando essa coisa da queda do cano e aí eu até conversava, dizia ao Pedro que estava ali do meu lado que no começo nós não sabíamos o que era aquele barulho, e ouvíamos o barulho daquele cano e falávamos, que m(...) de barulho é esse? E depois tomamos consciência do que era. E falamos para o Pedro que aqui era muito melhor quando a gente não tinha consciência, porque a gente ficava irritado pelo barulho que fazia. Mas depois que a gente já sabe o que é, não é mais uma irritação que vem, é o medo quando vem o barulho.

Também estavam falando do negócio da tortura. Quem foi e quem não foi torturado lá na OBAN, no DOI-CODI. O simples fato de estar lá já constituiu a tortura, porque todo mundo que estava lá, estava sob o domínio de medo. Aquele negócio de sensações estava me lembrando, de chegar, o barulho da chave chegando, e tal, para abrir aquela porta lá na frente. Só o barulho de chegando com aquela chave, parece que faziam isso com aquela chave para aumentar mesmo a sensação e fazer todo mundo ficar assustado. Eu não sei mais o que falar.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Fon, você ficou quanto tempo lá?

**O SR. ATON FON FILHO –** Fiquei praticamente um mês.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Você viu muitas quedas lá. Teve muita morte no seu período que você estava lá, que você tivesse percebido?

**O SR. ATON FON FILHO –** Eu não tive conhecimento de nenhuma morte nesse período que eu estive lá. Ou eu não tenho o meu registro ou eu não tenho memória. Uma coisa que também é importante nisso. Porque nós estamos falando em locais de memória para que a sociedade lembre o que aconteceu. Mas eu acho que vai ser importante também para que nós que estivemos lá revisitando aquele lugar, possamos começar também a reconstruir a nossa memória. Eu digo para vocês, eu estabeleci alguns bloqueios, não consigo lembrar de muita coisa. Eu acho que estar lá novamente poderia servir de estímulo para isso daí.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Mas depois ele falou do Índio, o Irineu de Ribeirão Preto, que quando o Índio foi preso ele foi lá, aí por consequência da queda do Índio, o Idibal Piveta foi junto que nós fomos da OBAN para o DOPS com o Índio que foi conosco no camburão. O Índio abriu a chegada de duas pessoas do MOLIPO lá no interior de Goiás, a Maria Augusta Tomás e o Márcio Beck Machado. Como consequência da queda do Índio, muito trabalhador rural camponês de Goiás foi preso em Goiás umas 30 pessoas que antecederam a morte do Márcio Beck Machado e da Maria Augusta. Então, o que eu estou querendo te perguntar? As pessoas acham que lá na OBAN era uma coisa estática. As pessoas eram presas, iam para lá, eram torturadas e tal. A OBAN era um grande centro de inteligência e de equipes que iam fazer prisões em outros Estados, e fornecia o material da inteligência. No seu tempo que você estava lá já tinham essas três faces da OBAN? Inteligência, captura e interrogatório? E já tinham essas três faces, que, por exemplo, você foi preso no Rio de Janeiro pelo pessoal da OBAN de São Paulo. Porque senão parece, por exemplo, a OBAN teve uma grande contribuição para pegar a gente no Araguaia, para pegar a gente nas fronteiras, então, para que fique registrado que não era uma coisa estática, para que não fique caracterizado como esquadrão da morte, que era uma coisa meio equatorial, era uma coisa que diligenciava para outros Estados, fronteiras, país, e era um grande centro de documentação. Você poderia falar um pouco sobre isso? Embora você tenha pego bem o início. Em 69 que estava criando.

**O SR. ATON FON FILHO –** Isso, eu fui preso em dezembro de 69.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** E a OBAN começou a funcionar você lembra quando?

**O SR. ATON FON FILHO –** Quase isso. Agosto, setembro. Talvez o primeiro pessoal que tenha sido preso lá na OBAN tenha sido o pessoal da LN, o pessoal da GTA. Virgilio.

**O SR. ARTUR SCAVONE –** Só fazer um complemento em função do que você relatou. A segunda vez que eu voltei para o DOI-CODI em função da prisão do Gabriel e do Irineu, foi em 73, julho ou agosto. Eu fui interrogado por que o Gabriel, nós nos conhecíamos da USP. Fui interrogado, confrontado com o Gabriel e tal. E eu fiquei sabendo que havia uma perspectiva de eles pegarem a Maria Augusta. Nós fomos companheiros, depois que o companheiro dela foi assassinado a gente ficou junto e eu fiquei preso sem ser interrogado mais, eu fiquei lá nas salinhas de cima por um bom tempo, eu vi sair de lá do DOI-CODI vários, eu me lembro que eram como se fossem jipes do Exército, carros não convencionais, não eram peruas C14, eu me lembro disso. E fiquei lá o suficiente, não me lembro quanto tempo, para ver chegar de volta esses caras. Eu não sei o quanto eu tenho de registro disso na cabeça para falar claramente, mas os caras estavam sujos, as máquinas estavam sujas e tal, de barro, de terra e tudo mais. E foi o período, isso eu sei por que quando eu saí de lá eu fiquei de lá de dentro esperando possibilidade de prisão da Maria Augusta, porque o que eles interrogaram era para ir atrás dela. Eu não tinha mais como saber, eles nem me interrogaram mais sobre isso. Eu estava preso já. Eles me tiraram do Tiradentes para ir lá para o DOI-CODI. Mas aí por causa do Gabriel e em função de coisas da USP que não deu em nada. Mas eles pegaram eu, (ininteligível). Então, essa questão eu estou colocando porque eu acho que reforça o que o Deputado Adriano Diogo está colocando, que a ação do DOI-CODI era de braços compridos e não de braços curtos.

**O SR. ATON FON FILHO –** Eu ia dizer exatamente, foi naquele primeiro momento. Agora desde o primeiro momento, quando chega assim o fato de entressafra, digamos assim, tinha muita discussão e nós falávamos muito de equipe de análise. Então, equipe de busca, equipe de interrogatório e equipe de análise. Então, muitas vezes chegavam no interrogatório com um monte de papeis assim, na frente. E começavam a fazer perguntas e tal, levantando e dava a clara ideia de que alguém tinha visto talvez ou algum elemento que precisava ser confirmado ou que precisava ser buscado. Companheiros que foram presos antes de mim, eles foram inventando nomes, e como estavam presos juntos eles foram acertando os nomes. No começo parece que se eles inventassem, por exemplo, o nome Sezefredo, alguém apanhou porque não confirmou que existia o Sezefredo. E depois apanhou porque confirmava que existia o Sezefredo. E depois quando chega não sei e tal não sei das quantas e etc., mas não existe Sezefredo. Não existe alguém assim, assim assim? Não. Não existe ninguém assim, assim, assim. Então, quantas pessoas tinham lá na Penha de França? Tantas pessoas. E o Sezefredo, onde ficou? Então, durante muito tempo eles ficavam, tudo bem, falou mas tem alguém aqui que os de lá não disseram e, para mim mesmo em muitas das coisas eles estavam com outro nome, e na hora quem participou disso, e eu digo que eu participei. Aí fala, não, você não participou. Quem participou foi o Sezefredo. E aí percebi que o Sezefredo era eu. Para me poupar, para não me colocar, chegava e colocava um nome. Então, tinha esse tipo de coisa. Eu não me lembro exatamente de um outro problema de memória, que em algum momento eu fui para uma acareação com a Maria Aparecida Costa. Eu não me lembro se foi no DOPS ou na OBAN, eu fui para essa acareação, mas não me lembro nem o que queria dizer isso aí. Acareação com Maria Aparecida Costa, companheira que tinha sido presa lá no Rio de Janeiro e foi integrante também do GTA aqui em São Paulo; e depois quando eu estava no Tiradentes e um dia eu fui levado para o DOPS se não me engano, eu tenho quase certeza que foi no DOPS, mas como eu disse, a minha memória é borrada, mas pode ser que tenha sido na OBAN, para ser ouvido por um cara da Aeronáutica. E esse sujeito da Aeronáutica, foi a primeira e única vez, aliás, eu não sei se você lembra, quando eu fui preso o Luiz Fernandes foi preso no mesmo dia, a Linda Taiáh foi presa também, houve um processo de quedas lá no Rio de Janeiro e a primeira vez que eu fui interrogado sobre algo do Rio de Janeiro foi dessa vez. Por que eu estou dizendo isso aí? Porque mostra que se havia esse braço longo, também havia uma certa compartimentação. O pessoal daqui de São Paulo estava muito interessado com o que estava acontecendo com um pessoal daqui de São Paulo e etc. no meu interrogatório em nenhum momento eles me interrogaram sobre o que tinha acontecido lá no Rio de Janeiro. No único momento em que eu fui interrogado sobre o que tinha acontecido lá no Rio de Janeiro, é quando eu fui levado nesse presídio Tiradentes para a cara da Aeronáutica. Então, também tem uma coisa de talvez naquele momento ainda estarem ajustando a sintonia do tal do rádio.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Excelente. Quer fazer as suas considerações finais?

**O SR. ATON FON FILHO –** Considerações finais só para dizer isso. Afinal de contas, essa audiência pública tem um objetivo também que é da gente aprofundar uma discussão sobre a necessidade de tombamento desse prédio. Eu acho que um argumento que eu tenho forte nesse sentido é, não é que eu esteja tirando a importância do argumento de que a sociedade precisa conhecer aquilo que aconteceu e as crianças e os jovens precisam visitar até para saber, não estou falando de mim, mas estou falando de outros companheiros que estiveram lá e que são heróis, eles precisam conhecer esses atos de heroísmo. Eles não precisam só conhecer as barbaridades que aconteceram lá, mas precisam conhecer também os companheiros de altivez. O Edgar Aquino Duarte é um companheiro que a gente tem que estar sempre relembrando. Virgilio Gomes, são nomes que a gente tem que estar sempre relembrando pelo exemplo de altivez que tiveram.

Agora, eu acho que poderia também para nós, nós mesmos para podermos reconstruir isso talvez precisemos também caminhar por isso, não só uma vez, mas talvez precisemos também botar o ouvido na parede para tentar escutar um pouco o eco dos gritos do passado, para ver se aquilo refresca a nossa memória para ver se em um outro momento talvez eu pudesse dar uma contribuição melhor para isso aí. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT –** Pessoal, antes de concluir tem esse livro do Renato Dias, ‘A luta armada, LN MOLIPO, as quatro mortes de Maria Augusta Tomás’. É um livro que no último capítulo tem a história do Antonio Carlos Fon na descrição de como foram os últimos dias, a passagem do Irineu e enfim, a participação do pessoal do Governo de Goiás na prisão. É um livro que vai ser incorporado no texto da Comissão. E ele fala, Antonio Carlos Fon, jornalista, fez levantamento coletando depoimentos e entrevistas que confirmam informações que receberam anteriormente, o casal Marcio Beck Machado e Maria Augusta Tomás foi morto enquanto dormia, metralhado por agentes que participaram da ação coordenada pelo DOI-CODI do 2º Exército, Polícia Federal, destacamento da Polícia Militar de Rio Verde, Polícia Civil na madrugada de 17 de maio de 73. Então, esse é um livro muito interessante que o núcleo da memória ajudou a editar, é o livro que nós estamos incorporando.

Fon, antes de você ir embora eu queria baixar a tela só mais uma vez e mostrar um documento que foi incorporado pelo Juca Kfouri nessa relação da CBF, Zé Maria Marin, eu não sei se você conhece esse documento que o Juca Kfouri colocou, sobre o Marco Polo del Nero. Vamos lá, é um minuto. Vamos lá para concluir. Eu só espero mais alguns minutos e a gente conclui. Então o Juca kfouri publicou essa foto. O Marco Polo del Nero é aquele jovem lá no centro. Tem um General, um outro sujeito, ele vai escrever e aquele lá no fundo é o jovem de futuro promissor, Marco Polo del Nero.

Em setembro de 64 del Nero no meio com o General Olímpio Mourão Filho. Marco Polo del Nero, Vice-Presidente da CBF continua a tradição que a entidade tem desde João Havelange  de abrigar colaboracionistas de regimes ditatoriais. Havelange, diga-se, não distinguia direita de esquerda. A pretexto de não misturar futebol e política, fazia política sem parar e bajulava quem estivesse no poder, preferindo os autoritários, como ele. Suas relações com o sanguinário ditador argentino Rafael Videla escandalizaram os democratas do futebol à época da Copa do Mundo na Argentina, em 1978.

Seu sucessor foi o Almirante Heleno Nunes, posto no comando da CBF pelo governo no período do ditador Ernesto Geisel. Nunes era presidente da ARENA fluminense, o partido que apoiava a ditadura. É dele a famosa frase que acabou levando o Campeonato Brasileiro a ter 94 clubes em 1979: “Aonde a Arena vai mal, um time no Nacional. Aonde vai bem, um time também”. Além de Nunes, outro filhote da ditadura que deu as cartas na CBF foi  o deputado paulista Nabi Abi Chedid, que ingressou na vida pública no partido fundado pelo integralista Plínio Salgado, o PRP, e bandeou-se para a ARENA tão logo foi possível. Chedid era vice-presidente, mas mandava mais que o presidente Otávio Pinto Guimarães, que ganhou o cargo por ser o mais velho entre os candidatos. Como hoje.

José Maria Marin, que também ingressou na vida pública por meio do partido de Plínio Salgado e militou na ARENA, além de ter se notabilizado pelos discursos que culminaram com a prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, manda menos que Del Nero, seu vice. Del Nero, encalacrado agora com a Polícia Federal, diz em sua biografia oficial que lutou pela democratização quando estudante de Direito no Mackenzie, onde se formou em 1967. Não é verdade, como é falso que ele tenha ido depor ontem na PF espontaneamente como disse em sua nota oficial, que contraria a da polícia que fala em depoimento por coerção.

De fato, Del Nero comandou uma facção de ultra-direita na universidade Mackenzie, que já era tida como abrigo dos estudantes direitistas de São Paulo, de resto, sem trocadilho, um direito de cada um. A foto acima, seis meses depois do golpe de 1964, mostra o estudante Del Nero com o General Olympio Mourão Filho, da Ação Integralista Brasileira e um dos líderes, em São Paulo, da aventura militar que derrubou o governo eleito de João Goulart, e foi publicada na capa do jornal “Conduta”, órgão oficial do Centro Acadêmico João Mendes Jr, do Mackenzie. Mourão foi o criador do famoso Plano Cohen, um embuste sobre suposto plano comunista para tomar o poder no Brasil que culminou no Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, e se dizia “uma vaca fardada”. Era mesmo. Nero quer botar fogo em seu passado.

Então, esse é o companheiro de chapa do José Maria Marin, que essa semana deu uma entrevista para o Fernando Rodrigues dizendo que a sua participação junto com Wadi Helou na participação e morte de Vladimir Herzog era uma fofoca, embora esteja tudo documentado aqui nos diários oficiais e aos anais da Assembleia Legislativa. Muito obrigado a todos. A sessão está encerrada. O livro vai ser lançado agora lá no Conjunto Nacional, na livraria Cultura.

\* \* \*